



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
ICS-INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DE SANTARÉM DO
PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL.**

**SANTARÉM-PARÁ
2024**

MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DE SANTARÉM DO
PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do
Oeste do Pará como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Ciências da Sociedade.

Linha de Pesquisa 3: Direitos Humanos Sociedade e
Cidadania Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Silva Sarmento

SANTARÉM-PARÁ
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

-
- S237c Santos, Mirta Adja Leite dos
Conselho municipal de políticas sobre drogas de Santarém do Pará, Amazônia, Brasil: reflexões do serviço social. / Mirta Adja Leite dos Santos. - Santarém, 2024.
95 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Ana Maria Silva Sarmento.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação tecnológica, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.
1. Conselho Municipal. 2. Drogas. 3. Serviço Social. I. Sarmento, Ana Maria Silva, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 362.29098115



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Sociedade
Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade
Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 15 2024

Ao vigésimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14:30min, no campus Tapajós, sala virtual link: <https://meet.google.com/pae-hvpp-hdp> instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) **MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr(a). TULIO CHAVES NOVAES, UFOPA, examinador interno; Dr(a). ARLENE MARA DE SOUSA DIAS, UFOPA, examinadora interna; Dr(a). JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, examinador(a) externo(a), UFU, MG e ANA MARIA SILVA SARMENTO, UFOPA, orientador(a). Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do(a) Orientador(a), que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato à mestranda para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DE SANTARÉM DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL.”, marcando um tempo de 20 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o(a) Prof(a). ANA MARIA SILVA SARMENTO, presidente, passou a palavra aos examinadores, para argüirem o(a) candidato(a). Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi APROVADA (aprovado ou reprovado) o(a) candidato(a), conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de o (a) candidato(a) não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo(a) professor(a) orientador(a), pelos professores avaliadores e pelo(a) mestrando(a).

Prof(a). Dr(a). ANA MARIA SILVA SARMENTO (orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA MARIA SILVA SARMENTO
Data: 29/10/2024 17:49:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof(a). Dr(a). TULIO CHAVES NOVAES - UFOPA

TULIO CHAVES
NOVAES:4400982823
Assinado de forma digital por
TULIO CHAVES
Documento assinado digitalmente

Prof(a). Dr(a). ARLENE MARA DE SOUSA DIAS – UFOPA

gov.br ARLENE MARA DE SOUSA DIAS
Data: 30/10/2024 14:04:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof(a). Dr(a). JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA – UFU MG

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO CARLOS DE OLIVEIRA
Data: 30/10/2024 08:50:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS- mestranda

Documento assinado digitalmente
gov.br MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS
Data: 29/10/2024 18:28:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dedico à categoria profissional de Assistentes
Sociais. Na luta por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus. Apesar de aparentar certa trivialidade - acredito que pode ocorrer na maioria dos agradecimentos-, a mim, O Soberano Deus possui um significado supremo essencial de vida e fortaleza, assim sendo obrigada meu Deus pelo amor com que cuida de mim e da minha família em cada passo dado durante essa jornada, sem ti nada posso fazer.

Gostaria de agradecer também aos meus genitores professores os quais me ensinaram através de suas atitudes na vida o quão é importante o conhecimento adquirido por meio de muita dedicação ao estudo, não somente para a qualificação profissional, mas também para nossas relações com as pessoas e com a natureza. Obrigada a minha mãe e meu pai (em memória) pelo exemplo de dignidade, perseverança e fé que vocês me proporcionam.

Agradeço também a meus avós paternos e maternos que mesmo até involuntariamente estimularam e conduziram a essa conquista, espelhos honrosos de valorização do trabalho, desempenhando o labor de pedreiro/pescador, taxista, costureira e confeitadeira. Destaco ainda, a memória de meu avô paterno Seu Sabá que em vida foi um grande entusiasta e incentivador para que eu fosse uma Mulher com estudo, formada e Dona da minha vida como sempre me dizia.

Destaco aqui também, a figura de minha Avó paterna Dona Inêz, que por diversas ocasiões a vi acordando de madrugada para aprontar com muita dedicação e capricho as encomendas de bolos a serem entregues logo pela manhã, buscando sempre dar o seu melhor em cada serviço adquirido, usando os melhores materiais disponíveis no mercado, que ensinou o ofício as pessoas que chegaram a lhe auxiliar na cozinha, ensinando o ofício também a minha mãe, que o desempenhou por muitos anos, sendo esta sua única fonte de renda durante um longo período.

Quero agradecer a minha companheira de vida Adriane Luiza, que está comigo desde a minha primeira titulação como Bacharela em Serviço Social. Durante essa jornada estive e está comigo nos momentos ruins e bons, vibrando com as minhas conquistas que são nossas e me apoiando e incentivando em todos os meus projetos de estudo e trabalho, sempre demonstrando seu carinho, admiração e orgulho de mim.

Agradeço ainda a todos os meus professores(as) tanto do ensino básico da escola Sementinha do Saber e São Raimundo Nonato, quanto da graduação em Serviço Social, e aos professores(as) do PPGCS/Ufopa, profissionais dedicados e comprometidos com a formação

sendo disseminadores do conhecimento e incentivadores na busca incessante por ele, muito obrigada.

Neste sentido, para esta ocasião, destaco a minha orientadora Ana Maria Sarmento que me oportunizou momentos de aprendizado, sempre com muito zelo, generosidade e dedicação na condução desta pesquisa, sendo muito compreensiva e empática quanto as minhas dificuldades de conciliações com demais compromissos de vida.

Agradeço a Ufopa pela oportunidade de ingresso ao Programa na perspectiva de continuação ao Doutorado.

Agradeço a gestão da equipe psicossocial e a atual gestão da equipe multiprofissional do HRBA que contribuíram durante a minha trajetória no Programa e durante a realização da pesquisa, com flexibilizações, empatia e incentivo.

Agradeço a todos os Conselheiros(as) do CMPS, aos colegas Assistentes Sociais que participaram desta pesquisa que confiaram e disponibilizaram o seu tempo tanto para ouvir a proposta quanto para preencher os questionários. A meu ver, ter o interesse de participar desta pesquisa já demonstra um grande comprometimento com o trabalho que desempenham junto à comunidade.

E por fim, agradeço a todos que contribuíram comigo direta ou indiretamente para a elaboração e conclusão desta pesquisa, meu muito obrigada!

O que nos incumbe especialmente, é a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (*Código de Ética do(a) Assistente Social – Resolução CFSS-Nº: 273/93*).

RESUMO

Conselhos Municipais Temáticos são espaços ideais e fecundos de tratamento e ações correspondentes às questões sociais emergentes de uma sociedade no âmbito regional. A temática sobre as drogas a cada dia ganha espaço significativo no debate nacional e internacional levando Santarém, no Pará, a sancionar a Lei nº 20.145/2016, onde cria o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas. Deste modo, esta pesquisa, visou analisar o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas em Santarém fazendo uso das reflexões do Serviço Social relacionadas a esse tipo de seguimento de controle social. A pesquisa caracteriza-se como exploratória descritiva, com abordagem quali-quantitativa e método ancorado nos fundamentos filosóficos do materialismo-histórico-dialético marxista. Dessa forma, foi realizado levantamento bibliográfico, coleta de dados em campo por meio de aplicação de 12 questionários, sendo disponibilizados aos participantes na forma física ou virtual. A investigação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo de Bardin (2002), usando um sistema relacional e crítico de triangulação, com 49 unidades de análise, distribuídas pelos eixos temáticos: Perfil do Participante, Conselho Municipal, Formação e Relação entre o Serviço Social e Conselho Municipal. Os participantes da pesquisa são Conselheiros(as) Municipais do CMDP e Assistentes Sociais Conselheiros(as) de outros Conselhos Municipais. Com os resultados desta pesquisa, foi possível observar que há a relação entre o Serviço Social e o CMDP, dispondo a profissão, de instrumentais específicos de atuação que podem auxiliar na condução das ações realizadas pelo Conselho, os quais têm ligação direta a 9 dos 11 princípios fundamentais profissionais que dialogam com a Defesa intransigente dos Direitos Humanos e da Justiça Social.

Palavras- chave: Conselho Municipal; Drogas; Serviço Social.

ABSTRACT

Thematic Municipal Councils are ideal and fruitful spaces for treatment and actions corresponding to the emerging social issues of a society at the regional level. The theme of drugs is gaining significant space in the national and international debate every day, leading Santarém, in Pará, to sanction Law No. 20,145/2016, which creates the Municipal Council for Drug Policies. Thus, this research aimed to analyze the role played by the Municipal Council of Drug Policies in Santarém, making use of the reflections of Social Work related to this type of social control follow-up. The research is characterized as exploratory and descriptive, with a qualitative-quantitative approach and a method anchored in the philosophical foundations of Marxist historical-dialectical materialism. Thus, a bibliographic survey was carried out, data collection in the field through the application of 12 questionnaires, being made available to participants in physical or virtual form (using the Google Forms tool). The data investigation was carried out through Bardin's (2002) content analysis, using a relational and critical triangulation system, with 49 units of analysis, distributed by the thematic axes: Participant Profile, Municipal Council, Training and Relationship between Social Work and Municipal Council. The participants of the research are Municipal Councilors of the CMDP and Social Workers Councilors of other Municipal Councils. With the results of this research, it was possible to observe that there is a relationship between Social Work and the CMDP, with the profession having specific instruments of action that can assist in the conduct of the actions carried out by the Council, which are directly linked to 9 of the 11 fundamental professional principles that dialogue with the uncompromising Defense of Human Rights and Social Justice.

Keywords: Municipal Council; Drugs; Social Services.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Rede de Narcotráfico na Amazônia	39
Mapa 2 – Mapa Planimétrico do Baixo Amazonas	40
Figura 1 – Casa dos Conselhos	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conselheiro(a)	47
Gráfico 2 – Representação no Conselho	47
Gráfico 3 – Grau de Escolaridade	48
Gráfico 4 – Mandatos exercidos	48
Gráfico 5 – Participação em outros Conselhos Municipais	49
Gráfico 6 – Quantas composições de Conselho já participou?	49
Gráfico 7 – Atividades desenvolvidas pelo CMPD	53
Gráfico 8 – Todos os 24 Conselheiros(as) participam das reuniões?	55
Gráfico 9 – Se não há participação dos Conselheiros, os participantes sabem qual a razão?	55
Gráfico10–Na sua opinião, qual a média de presença dos(as) conselheiros(as) nas reuniões?	56
Gráfico 11 – Presença de pessoas que não são conselheiros(as) nas reuniões	57
Gráfico 12 – Há plano de atividade anual?	58
Gráfico 13 – As formações profissionais são viabilizadas?	59
Gráfico 14 – Você já participou de alguma formação ofertada pelo município enquanto Conselheiro(a) do CMPD?	59
Gráfico 15 – Participação em Seminários/Congressos enquanto Conselheiro(a)	60
Gráfico 16 – Tempo de atuação profissional	63
Gráfico 17 – Quais as Políticas que já atuou ou atua?	64
Gráfico 18 – Conselheiro(a)	64
Gráfico19–Você participa ou já participou de composições de outros Conselhos Municipais?	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comentários quanto a forma paritária com que é constituído o Conselho	50
Quadro 2 – Comentários do período de atuação	51
Quadro 3 – Qual o papel desempenhado pelo CMPD no município?	51
Quadro 4 – Qual a importância do CMPD para a formulação de políticas públicas para o município?	52
Quadro 5 – Atividades que não foram elencadas	53
Quadro 6 – O que motiva as reuniões dos(as) Conselheiros(as)	54
Quadro 7 – Qual a razão da ausência de participação de todos(as) os(as) Conselheiros(as)	56
Quadro 8 – Se há participação de outras pessoas nas reuniões do Conselho, quem seriam?	57
Quadro 9 – O Fundo Municipal de Prevenção às Drogas é destinado para quais atividades?	57
Quadro 10 – Como é a relação do Conselho com a administração pública municipal	58
Quadro 11 – Porque é importante a oferta de formação dada pelo município aos Conselheiros(as)?	60
Quadro 12 – Qual a importância da participação nesses eventos?	61
Quadro 13 - Quais as dificuldades enfrentadas pelo CMPD no seu funcionamento?	61
Quadro 14 - Expectativas dos(as) Conselheiros(as) de atuação junto ao Conselho	62
Quadro 15 – Quantas participações em formações de Conselhos municipais	65
Quadro 16 – Na sua opinião, qual é a importância de um Conselho Municipal para a formulação de políticas públicas no município?	66
Quadro 17 – Qual a relação entre o Serviço Social e os Conselhos Municipais?	67
Quadro 18 – Qual a importância de Assistentes Sociais integrarem Conselhos Municipais?	68
Quadro 19 – Quais as intervenções técnico-operativas que um(a) Assistente Social poderia aplicar junto a um Conselho Municipal?	68
Quadro 20 – Na sua opinião, o que fortaleceria um Conselho Municipal?	69
Quadro 21 – Opinião profissional específica a respeito da temática sobre drogas e CMPD ou sugestões de intervenções sociais	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Cemass	Conselho Municipal de Assistência Social de Santarém
CFB	Constituição Federal Brasileira
CFeSS	Conselho Federal de Serviço Social
CMCF	Conselho Municipal da Condição Feminina
CMDPCD	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
CMPD	Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas
CMDPI	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CMJuven	Conselho Municipal da Juventude
Comdeca	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CoMSAN	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Creas	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
FMPD	Fundo Municipal de Prevenção às Drogas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
PIB	Produto Interno Bruto
Paefi	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PMS	Prefeitura Municipal de Santarém
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNEF	Política Nacional de Educação Fiscal
SeMTrAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Questões-problema e Hipóteses	18
1.2	Objetivo Geral	19
1.3	Objetivos Específicos	19
1.4	Aproximação com o tema: calce os meus sapatos e percorra o caminho que eu percorri	19
1.5	Estratégias metodológicas da pesquisa	20
1.6	Abordagens teóricas por capitulação da dissertação	21
2	DO POVO PELO POVO E PARA O POVO: A DEMOCRACIA SONHADA FRENTE À DEMOCRACIA VIVIDA	23
2.1	CF/88 Marco Democrático no Brasil: A Vez e Voz do Povo Brasileiro	23
2.2	Se Conselho fosse bom ninguém dava, vendia: Um recorte sobre a Sociedade Líquida de Bauman e as influências do Mercado	26
2.3	A dualidade de forças sobre a questão das drogas: Proibicionismo x Saúde Pública	30
2.4	Serviço social e controle social: características relevantes	32
3	NORTEAMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1	Sobre a pesquisa científica	36
3.2	Análise de conteúdo	37
3.3	O Baixo Amazonas	38
3.4	Os participantes da pesquisa	40
4	CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS NO OESTE DO PARÁ: CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO SANTARENO	43
4.1	Cenário regional dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas	43
4.2	Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Santarém: Origem, Composição e atuação	44
4.3	Perspectivas para o Conselho: Os horizontes das Políticas Públicas sobre Drogas para a população santarena	46
4.4	Encontrando Resultados	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE A- QUESTIONÁRIOS	85
	APÊNDICE B – TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	91

1 INTRODUÇÃO

Por meio dos movimentos sociais, da luta coletiva por direitos sociais que fossem constitucionalmente garantidos, a Constituição Federal Brasileira (CFB) foi firmada. Esta, tornou-se um marco importante na busca da garantia dos direitos civis individuais e coletivos da população. Em seu texto Constitucional é possível perceber esses traços da luta coletiva, bem como a garantia da participação popular no curso das decisões políticas.

Segundo a Política Nacional de Educação Fiscal (PNEF), “para aperfeiçoarmos nossa democracia, torna-se fundamental fortalecermos o sistema de participação popular por meio da manifestação direta da vontade do cidadão. Para isso, a Constituição instituiu a figura dos Conselhos de Políticas Públicas” (BRASIL, 2008, p. 22). Neste sentido, a PNEF dialoga com os artigos constitucionais que validam, e que sobretudo trazem a verdadeira legitimidade da garantia de direitos a esta participação que o povo detém, observada na dinâmica de diálogos dentro de um Estado Democrático de Direito.

Almeida e Tatagiba (2012, p. 70, grifo do autor) destacam que os Conselhos “se converteram ao longo destes últimos vinte anos, em tema relevante dos debates sobre a democracia, contribuindo efetivamente para projetar a categoria *sociedade civil* no centro das formulações teóricas”, assim, no que tange à completude dessa legitimidade, saber quanto à participação da população e seu empoderamento nesse processo, é um desafio tão atual e importante que lança o convite a um estudo dessa realidade, especificamente, sobre a criação dos Conselhos.

Nesse contexto, nota-se que após 30 anos, os Conselhos carregam o mesmo sentido, de serem espaços democráticos e instrumentos propositivos nas decisões do Estado para a consolidação de políticas públicas, pautando-se nas necessidades emergentes da realidade nacional, regional e/ou local. Assim, é importante mencionar que conforme a PNEF “os Conselhos de Políticas Públicas atuam em diferentes campos da vida em sociedade, executando e controlando políticas essenciais à promoção da cidadania” (BRASIL, 2008, p. 22).

Isso significa dizer, que para tratar de diferentes temáticas oriundas do surgimento das questões sociais emergentes de uma sociedade, existe uma diversificação temática de conselhos. Cabe ressaltar, que os Conselhos são instituições paritárias, ou seja, metade de seus representantes é eleita pela comunidade e a outra metade nomeada pelo poder público. Para a PNEF, os Conselhos:

Exercem a função de monitorar e avaliar o alcance dos objetivos preconizados pelas políticas governamentais, são fundamentais para combater a malversação e o uso irracional dos recursos públicos, no entanto, para que exerçam com eficácia seu papel constitucional, precisam ser fortalecidos (BRASIL, 2008. p. 22).

Dentro dessa diversificação temática e das diversas realidades colocadas a respeito do significado de um Conselho Temático, optou-se por escolher como objeto do estudo um Conselho recém-constituído, peculiaridade que possibilitaria observar seu contexto histórico, sua formação e movimentações para sua consolidação. A região Amazônica é uma das regiões onde a rota do narcotráfico internacional também ocorre. Conforme análise do mapa 1, que consta neste trabalho, observou-se que a região do Baixo Amazonas localizada no Oeste Paraense, possui uma maior densidade de movimentações de rotas aéreas e fluviais tanto nacionais quanto internacionais do tráfico de drogas.

Assim, realizou-se um recorte das cidades que compõem a região em específico, sendo observado que a cidade de Santarém é a única cidade dentre elas que possui a instituição de um CMPD, tendo como marco inicial, a Lei municipal nº 20.145/2016, que cria o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas (CMPD) e o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas (FMPD) de Santarém, que conforme seu Art. 1º objetiva “prevenir, fiscalizar e reprimir o tráfico de drogas e o uso indevido de drogas e substâncias analógicas, que determine dependência física ou psíquica, em harmonia com as políticas Federal e Estadual” (SANTARÉM, 2016, p. 01).

Neste sentido, observou-se ser imperioso atrelar ao processo de constituição deste Conselho estudos sobre o desenvolvimento e criminalidade, mapeando as transformações sociais advindas dessa nova proposta em vista da política governamental estabelecida, dando destaque para o envolvimento da sociedade responsável pelo controle social. Considera-se que, a instituição do referido CMPD em Santarém é recente - frente a outros Conselhos - , ocorrida no ano de 2016, pressupondo 4 mandatos desde sua criação, com a previsão de finalização do 4º no ano de 2024.

Por se entender que o (a) profissional de Serviço Social conforme seu projeto ético-político de atuação profissional, deve fomentar práticas voltadas ao esclarecimento e enfrentamento de questões sociais, e entendendo que da questão sobre drogas emanam diversas questões sociais, além de que a profissão possui estratégias operativas que podem fortalecer o Conselho e as políticas públicas já desenvolvidas, o estudo volta-se para a compreensão dessa relação entre esse segmento de controle social e as reflexões do Serviço Social, tendo o cenário santareno como campo de pesquisa.

1.1 Questões- problema e Hipóteses

As questões a serem respondidas com esta pesquisa são: Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas em Santarém? Qual o entendimento dos Conselheiros e Assistentes Sociais quanto à importância de um Conselho para a formulação de políticas públicas do município? Quais são as ações desenvolvidas? Qual importância do Conselho no que se refere às políticas públicas voltadas à temática das drogas? Para os Conselheiros quais são as dificuldades encontradas e quais são as expectativas futuras?

Neste cenário relacionado à temática do controle social, o Serviço Social possui um importante papel, por ser uma profissão eminentemente comprometida com a defesa intransigente dos Direitos Humanos e da Justiça Social, tendo em seu escopo legal para atuação profissional seus 11 princípios éticos, dos quais, 9 deles estão voltados para essa observância de zelo com esta defesa, além de possuir como objeto de atuação as expressões da questão social, cujo projeto ético-político “[...] reconhece a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas.” (IAMAMOTO, 2005, p. 141).

Deste modo, emanam-se os seguintes questionamentos na área do Serviço Social: Quais as contribuições que o Serviço Social poderá trazer à discussão no campo teórico, por também possuir em sua formação enquanto profissão, bases teóricas e filosóficas marxistas, método norteador escolhido para essa pesquisa? e quais contribuições o Serviço Social pode fornecer à área da dimensão de atuação profissional técnico-operativa?

Para tanto, como hipóteses, mediante as questões problema surgidas, bem como com base no referencial teórico realizado, elencam-se 4 hipóteses para a pesquisa a saber:

H1: O Serviço Social possui relação com o Conselho;

H2: A paridade do Conselho favorece o alcance de justiça para a coletividade no que se refere às suas demandas;

H3: A dualidade de forças no Conselho pode conduzir para cumprimento de demandas coletivas ou de interesses políticos;

H4: A fomentação da criticidade junto a população, é um fator que fortalece o Conselho.

1.2 Objetivo Geral

Analisar o papel desempenhado pelo CMPD em Santarém-Pará fazendo uso das reflexões do Serviço Social relacionadas ao Conselho Municipal.

1.3 Objetivos Específicos

- 1- Realizar um levantamento histórico sobre o processo de criação e implementação do CMPD no município de Santarém-Pará;
- 2- Mapear as ações geradas através do CMPD da gestão passada e atual;
- 3- Estudar a relação que o Serviço Social possui com o CMPD;
- 4- Caracterizar os processos Técnicos operativos realizados pelo profissional de Serviço Social que podem contribuir com CMPD;

1.4 Aproximação com o tema: calce os meus sapatos e percorra o caminho que eu percorri

Antes de julgar a minha vida ou o meu caráter... calce os meus sapatos e percorra o caminho que eu percorri, viva as minhas tristezas, as minhas dúvidas e as minhas alegrias. Percorra os anos que eu percorri, tropece onde eu tropecei e levante-se assim como eu fiz. E então só aí poderás julgar. Cada um tem a sua própria história. Não compare a sua vida com a dos outros. Você não sabe como foi o caminho que eles tiveram que trilhar na vida.¹

A reflexão proposta pela cantora baiana Maria Bethânia em alguns de seus shows, expressa profundamente as provações vivenciadas que um pesquisador passa ao estabelecer um propósito para iniciar um projeto de pesquisa, abdicando-se de diversos momentos da vida social e familiar, até mesmo do descanso merecido após uma jornada intensa de trabalho.

Visando continuar a formação acadêmica, sempre aliada à graduação em Serviço Social, esta jornada iniciou no ano de 2016, em razão da divulgação do lançamento do Programa de Mestrado em Ciências da Sociedade, ofertado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), cuja linha de pesquisa 3, Direitos Humanos Sociedade e Cidadania Ambiental, possibilita a apresentação de uma proposta de projeto de pesquisa dentro da área da graduação da autora.

¹A recitação da cantora Maria Bethânia pode ser visualizada pelo Youtube pelo link: Antes de Julgar a Minha Vida Maria Bethânia (Abraçar e Agradecer) (youtube.com).

Na ocasião oportuna, eu atuava como Assistente Social no Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), o qual assistia famílias e pessoas com suspeita ou direitos violados, sendo criança, pessoa idosa, pessoa com deficiência, e população LGBTQIA+, serviço este oferecido, pelo Centro de Referência da Assistência Social em Santarém (Creas), equipamento da Assistência Social Especial, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SeMTrAS), a qual chegou a me fazer o convite para ingressar na composição do recém instituído Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas do município de Santarém, no entanto, por razões de mudanças na vida laboral, não foi possível a minha participação.

Por ocasião da minha atuação profissional na política de Segurança Pública, recebi uma ligação de um Policial Militar, que atua e se dedica ao trabalho de prevenção a violência com o policiamento escolar no município, no diálogo, este indagou quais seriam as contribuições que a categoria de Assistentes Sociais poderia colaborar junto ao CMPD ao qual ele passará a compor.

A conversa fluiu e eu passei a explicar alguns métodos operativos possíveis de atuação, os quais poderiam ser utilizados pelos Assistentes Sociais reforçando o compromisso que esta categoria tem com a sociedade. Após este diálogo, refleti sobre os detalhes do que me foi alertado, inclusive por minhas experiências de trabalho, o que me motivou a redigir um projeto de pesquisa nesse tema com as seguintes perguntas: Qual o papel desempenhado pelo CMPD? e quais as contribuições do Serviço Social nessa área?

Com a submissão e aprovação do meu projeto de pesquisa no processo seletivo do Programa de Mestrado em Ciências da Sociedade (PPGCS), passei a refletir de que maneira eu encontraria as respostas das perguntas propostas acima.

1.5 Estratégias metodológicas da Pesquisa

A pesquisa classifica-se como descritiva, de abordagem qualitativa com contribuições de abordagem quantitativa, elegendo o método de fundamentos filosóficos do materialismo-histórico-dialético. Desta forma, foram aplicados 12 questionários aos Conselheiros do CMPD e Assistentes Sociais que estavam atuando em Conselhos Municipais

ligados a SeMTrAS no município de Santarém, disponibilizados de forma física e virtual por meio da ferramenta do *Google Forms*².

As perguntas do questionário foram organizadas e norteadas por meio de eixos temáticos correspondentes aos assuntos abordados em cada capítulo desse estudo. Além da aplicação dos questionários, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico para fundamentação teórica, relacionando-os aos recortes da realidade percebida durante a pesquisa de campo, formando um sistema relacional crítico de triangulação. No tratamento dos dados coletados em campo, a análise de conteúdo de Bardin (2002) foi a técnica utilizada.

1.6 Abordagens teóricas por seção da dissertação

Para a estruturação da produção textual, a segunda seção intitulada “Do povo, pelo povo para o povo: A democracia sonhada e a democracia vivida”, vem abordar o levantamento histórico constitucional que legitimou a participação popular nas decisões governamentais direcionadas às diversas frentes de políticas públicas e cursos civis de interesse coletivo.

Dentro dessa perspectiva, destina-se um espaço reflexivo para a análise quanto ao significado do Conselho e alguns possíveis efeitos que o sistema capitalista possa ter influenciado, além de saber da importância que esse espaço democrático possui. A seção caracteriza a Política Internacional e Nacional de drogas e introduz o estudo relacionado ao proibicionismo, tratando sobre a dualidade que o permeia e o entendimento da relação da temática com saúde pública.

Nesta seção, é possível observar quanto ao assunto sobre Serviço Social, sua perspectiva de abordagem teórica aos fundamentos históricos e metodológicos da profissão, bem como entendê-la na contemporaneidade com a marca de seu projeto ético-político profissional, pautado nos Direitos Humanos e na Justiça Social, dispondo para essa frente de defesa 9 dos 11 princípios fundamentais legitimados pelo Código de Ética da profissão.

A terceira seção trata sobre a metodologia escolhida para a pesquisa, detalhando os critérios adotados para a escolha da temática, local de pesquisa, população, eixos a serem abordados e procedimentos científicos adotados para a coleta e análise dos dados, destacando o uso dessa técnica de pesquisa proposta por Bardin (2002) no tratamento dos dados colhidos com a aplicação dos questionários junto aos participantes.

² Ferramenta facilitadora de aplicação de questionário digital, sendo possível a análise dos dados coletados por meio de gráficos que o referido aplicativo fornece.

Na quarta seção, nomeada como “Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas no Oeste do Pará: Caracterização do Conselho Santareno”, faz análise proposta pelo trabalho, busca a motivação para elegibilidade do Conselho santareno, suas características e seu funcionamento e as informações quanto à coleta de dados referentes às análises dos questionários aplicados aos participantes da pesquisa.

A quinta e última sessão tratará sobre as considerações finais a respeito da pesquisa realizada, trazendo um apanhado geral da temática, os resultados alcançados os relacionando com as hipóteses levantadas, em uma análise crítica ancorada em aportes da literatura. Esta sessão conta com a apresentação de algumas perspectivas mediante os resultados alcançados com o trabalho.

2 DO POVO PELO POVO E PARA O POVO: A DEMOCRACIA SONHADA FRENTE À DEMOCRACIA VIVIDA

2.1 CF/88 Marco Democrático no Brasil: A Vez e Voz do Povo Brasileiro

Rousseau (2008, p. 98) traz uma definição de Estado alegando que “um governo se contrai quando passa da maioria, isto é, da Democracia à Aristocracia, e da Aristocracia à Realeza. [...] Se retroceder da minoria a maioria, poder-se-ia dizer que ele se afrouxa, mas esse progresso inverso é impossível” ou seja, o autor define que para um Estado não se dissolver, a recomendação é que busque sempre alcançar e satisfazer aos interesses coletivos, sendo considerado um retrocesso para um Estado, caso este venha a pautar-se em outras formas de governo divergentes ao democrático.

Para o Brasil, a Constituição Federal trouxe muitos avanços democráticos, tanto contemplou diretamente os Direitos Civis individuais, quanto sobretudo os da coletividade. Ela porta as garantias para a participação popular nas decisões do curso administrativo desse Estado Democrático, contempladas por meio das menções de viabilidade para a manifestação representativa na figura dos Conselhos de Políticas Públicas e nos Congressos.

Bidarra (2006) menciona a presença da participação do povo, no exercício de dispositivos legais anteriores à Constituição, sendo vista no ano de 1981 pela Política Nacional do Meio Ambiente, através da instituição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e em 1984 na Lei de Execução Penal pelo Conselho de Comunidade.

Rousseau (2008, p. 60) esclarece que “assim como antes de elevar um grande edifício, o arquiteto observa e sonda o solo, para ver se pode sustentar seu peso, o sábio instituidor não começa por redigir boas leis em si mesmas, porém examina antes se o povo ao qual as destina é capaz de suportá-las”, o autor faz uso de metáforas para explicar a respeito da importância de se buscar a necessidade apresentada pela população, atribuindo ao ato, uso de grande sabedoria na condução dos interesses públicos para um Estado.

Nota-se, portanto, a necessidade de percepção do Estado aos apelos emanados de seu povo, de se o entender, adequando suas leis e políticas para que se voltem a realidade específica de cada localidade. O autor segue seu pensamento:

Porém, quando o nó social começa a afrouxar-se e o Estado a enfraquecer, quando os interesses particulares começam a fazer-se sentir e as pequenas sociedades a prevalecer sobre a grande, o interesse comum perde-se e encontra opositores, à unanimidade não reina mais nos votos, elevam-se contradições, debates, e a melhor

opinião não passa sem disputas (ROUSSEAU, 2008, p. 116).

Um Estado antes forte pela sua condução de unidade, respeitando os interesses públicos, enfraquece-se ou pode até mesmo está fadado a extinção mediante a promoção e a vitória de interesses particulares, estando o povo submisso a um comando desigual aos interesses da maioria, causando assim uma série de conflitos e instabilidades de domínios, estando sua população suscetível a formas de dominação de anulação, exploração e miséria, condições que se distanciam do progresso e bem-estar social.

Neste cenário, no Brasil após a Constituição de 1988, os Conselhos representam o manifesto das problemáticas vivenciadas por uma população em determinado segmento temático. Bravo (2006, p.84) destaca que “os conselhos foram concebidos como um dos mecanismos de democratização do poder na perspectiva de estabelecer novas bases de relação Estado-sociedade por meio da introdução de novos sujeitos políticos”. O ideário inicial para a instituição dos Conselhos é justamente trazer a população para o campo político como bem assevera Bravo (2006), participando das decisões e dos cursos das políticas públicas do Estado.

Os Conselhos se instituem em participação da população de forma representativa, uma vez que são formados em um segmento de paridade, sendo metade de seus representantes funcionários da administração pública e a outra metade, da sociedade civil organizada, condição levante para diversas observações. Ferraz (2006, p. 61) assevera que “mesmo que os representantes dos usuários das políticas sobre o qual o conselho se assenta sejam escolhidos pelos seus pares [...] o seu vínculo é de representação, de alguém eleito para vocalizar demandas e com poderes para decidir por seus representados”.

Bidarra (2006, p. 43) sustenta que há traços que levam a uma dualidade de forças existentes nesse processo democrático de participação popular, “na cultura política brasileira, os direitos sociais ora podem ser assimilados como fonte de legitimação política dos interesses das elites dominantes e dos setores governamentais, ora como conquista dos segmentos organizativos da classe trabalhadora”.

Apesar da garantia de lisura da plena participação democrática nos processos decisórios, que é destacada no texto Constitucional, torna-se imperioso não deixar de analisar as forças existentes e resistentes nesse campo, que apesar de amplamente entendido como espaço para tratar de interesses coletivos, há a atuação da tentativa de tratamento de direcionamentos individuais/privados que permearam e prosseguem permeando essa dimensão.

Com relação a esses espaços decisórios destinados ao povo Bravo (2006, p. 85) explica que, “[...] pelos liberais, eles são pensados como instrumentos ou mecanismos de

colaboração, e pela esquerda como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder”. Isso significa que:

As disputas, para se imprimir a direção política pretendida para atuação dos conselhos gestores, foram direcionadas para o plano de criação (nas esferas locais) das suas legislações. Assim, a constituição e o perfil de um conselho não têm uma conformação definitiva porque não podem ser dados a priori e nem se esgotam na existência de registros legais. A expectativa sobre aquilo que um conselho pode ser, na sua área de abrangência, é uma proposta aberta que se configura a partir das ações políticas empreendidas pelos sujeitos que se agregam nos espaços dos conselhos (BIDARRA, 2006, p. 44).

O autor revela que há um campo de disputas para o direcionamento dos Conselhos, se serão conduzidos para o cumprimento das demandas coletivas ou as de interesses políticos individuais. A partir do regimento legal de criação do Conselho, é possível perceber que seu curso de direcionamento está voltado à prática que garanta efetivamente a manifestação e as demandas populares. Para Ferraz (2006, p. 63),

a ação dos conselhos, sua operação e seus resultados se colocam, então, como integrantes do processo de construção do espaço democrático, fazem parte do quadro de elementos na disputa existente na sociedade em torno destes moldes de projetos políticos de sociedade e Estado.

Assim, entende-se que os conselhos:

[...] para serem descritos como espaços públicos democráticos, os conselhos gestores de políticas públicas devem proporcionar debates e confrontos entre alternativas políticas enunciadas pelos conselheiros, bem como estimular a formulação de pactos comuns. [...] E na condição de espaços públicos, devem exercitar a partilha equitativa dos processos decisórios entre as representações das organizações da sociedade civil e do segmento governamental, para as questões, intituladas como públicas, tenham como referente, aquilo que está sendo denominado de interesse público, isto é, o conjunto de necessidades e de reivindicações que correspondem aos interesses mais abrangentes de uma coletividade (BIDARRA, 2006, p. 49).

Os conselheiros precisam estar comprometidos em sobretudo com os interesses coletivos, e envolvidos com o movimento das demandas sociais da localidade, o que lhes proporcionará maior efetividade tanto de suas ações de promoção e mobilização quanto intervenções junto às decisões governamentais, cumprindo com a agenda de participação popular nas decisões governamentais, irrigadas pela constituição de 1988. “Assim, para que haja a ampliação e a consolidação da democracia é necessário garantir a existência dos espaços onde possam alcançar visibilidade, e as disputas entre os diferentes interesses e projetos constituídos pelos segmentos sociais possam se processar” (BIDARRA, 2006, p. 48).

2.2 Se Conselho fosse bom ninguém dava, vendia: Um recorte sobre a Sociedade Líquida de Bauman e as influências do Mercado

Neste contexto de representação da vontade e necessidade popular, “é imprescindível que o cidadão compreenda o papel do Estado, seu financiamento e sua função social, o que lhe proporcionará o domínio dos instrumentos de participação popular e controle do gasto público” (BRASIL, 2008. p. 24). A PNEF traz o quão é significativo que o cidadão possa ter acesso ao conhecimento de qualidade, o que é sumariamente importante para o entendimento do processo de participação popular nas decisões relacionadas a política pública. Assim,

Os Conselhos devem funcionar como instância de democratização da gestão pública, e não restritamente como espaço de disputa entre interesses corporativos das comunidades de política. [...] Cada vez torna-se mais evidente que não é suficiente analisar os conselhos olhando apenas para suas dinâmicas internas. É preciso recuperar o ambiente mais amplo no qual eles se situam e sobre o qual buscam incidir (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 72).

Neste sentido, os Conselhos possuem um objetivo comum e basilar como papel, os autores reforçam o compromisso ético que o conselho deve pautar-se e atentar-se, o retomando sempre para que não caia no infortúnio de um significado e exercício que sejam diferentes do pré-estabelecido, favorecendo outros interesses que não sejam voltados à população e suas necessidades.

É importante registrar ainda, que a participação popular é peça fundamental da engrenagem, exercendo o controle social, vale a pena promover que este controle social deve ser atuante e participativo nas tomadas de decisões e que um dos meios contributivos para esta participação efetiva e qualificada, é agregar conhecimento, fortalecendo esse dispositivo. Nesta seara, a gestão de território pode servir de base para o se pensar e o seu agir na política pública em qualquer temática da área social. Desta forma,

O território deve ser acessível: a acessibilidade pretendida pelo homem é amplamente controlada por ele, é uma das razões essenciais para a intervenção política regular, de alguma forma restringir e de outras melhorar a capacidade de acesso por várias categorias de pessoas (GOTTMANN, 1973, apud GOTTMANN, 2012, p. 525).

Entende-se, portanto, que essa ação política é a representação da ação do Estado que regula e igualmente deve proporcionar o uso do território por uma variabilidade de grupo de pessoas que possuem diferentes realidades vivenciadas e de suas capacidades produtivas e

colaborativas em âmbito coletivo para o desenvolvimento da nação. Santos (2005, p. 255) destaca que é fundamental entender o território “para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”.

Trata-se, portanto, de se proporcionar condições favoráveis de uso do território e consequentemente o alcance do desenvolvimento coletivo, a temática sobre drogas emerge-se como uma categoria onde as políticas públicas devem ser voltadas, sendo a temática entendida de maneira transversalizada em sua conjuntura social, de alta democracia pois atinge todas as camadas sociais.

Conforme o Relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), acerca dos 17 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável pactuado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com agenda para 2030, a UNODC destaca que “o uso de drogas geralmente afeta as pessoas durante seus anos mais produtivos, prejudicando o seu desenvolvimento e de suas comunidades. O problema das drogas afeta, ainda que de forma variada, países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento” (UNODC, 2016, online), ou seja, a UNODC chama a atenção para o “objetivo 1 que trata sobre a erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares” (UNODC, 2016, online).

Assim, vale refletir que o uso de psicoativos está prejudicialmente atrelado a condição das dificuldades apresentadas pelas pessoas que fazem uso e de possuir condições ativas de produção colaborativa no meio social, o que pode refletir no desenvolvimento econômico de um coletivo.

Proporcionar condições salubres às pessoas que estão em dependência química, seja por meio de tratamento para saída dessa condição, ou se trabalhar de forma preventiva sobre a temática, podem contribuir para uma nova realidade na busca do alcance desse objetivo. Assim, a necessidade de se entender o que significa o território torna-se ainda mais latente em razão das quebras de fronteira que a temática sobre drogas ocasiona. Para esta seara, torna-se importante considerar que:

[...] como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial de várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTIMANN, 2012, p. 523)

É possível entender que o território vai para além do mero espaço físico, de matéria palpável. Gottmann (2012) em sua obra, realiza um levantamento histórico das mudanças nas políticas públicas relacionadas à gestão territorial, a exemplo da proposta política brasileira de

integrar para não entregar, emanada e movida no governo de ditadura militar de 1964, que possuía uma direção norteadora de gestão para os demais governos consequentes, conforme o ideário que norteia cada Governo, as políticas públicas serão distintas, voltadas para cada ideário em específico, como também menciona Moraes (2005). Assim:

Entende-se o território – na concepção clássica da geografia política – como espaço de exercício de um poder que, no mundo moderno, apresenta-se como um poder basicamente centralizado no Estado. Trata-se, portanto, da área de manifestação de uma soberania estatal delimitada pela jurisdição de uma dada legislação e de uma autoridade (MORAES, 2005, p.43).

Para Moraes (2005), percebe-se que a figura do território é de alta significância na atuação do Estado, que possui um direcionamento organizado de maneira jurídica e legislativa. Acerca dessas influências na direção política das decisões do Estado, Bauman (2008) em sua obra *Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*, em seu Capítulo 2, sociedade de consumidores, destaca a relação entre o mercado e o Estado, duas forças de forte atuação na sociedade, segue em uma análise de que o Estado também sofre as influências do mercado em sua atuação.

Fazendo ainda uma analogia de soberania que as duas potências detêm, muito embora se passe a entender que apesar do mercado não possuir os equipamentos usuais de Estado soberano como órgãos de fiscalização e distribuição de entes federativos, o estado de soberania do mercado ultrapassa a condição usual de dominação e controle inerentes a palavra soberania.

Bauman (2008) faz a analogia entre essas duas potências que são atuantes, menciona que para o Estado a forma de punição fica a encargo de membros claramente percebidos de forma física tais como a figura dos delegados e juízes - esfera executiva -, o que na condição do mercado essas vezes também ocorrem, mas de forma oculta, sendo realizada tanto pelo sistema abstrato do mercado quanto por seus membros.

Bauman (2008) acrescenta ainda, que em uma democracia Estatal, o cidadão possui a viabilidade de manifestação de descontentamento com as decisões, já no mercado soberano, não há essa viabilidade, uma vez que as vontades do mercado são ditadas a seus membros. Neste sentido, passa-se a entender que as decisões do Estado sofrem influência dos interesses do mercado, condição que enfraquece a soberania da nação. Gottmann (2012, p. 524) destaca que “a noção moderna de soberania dificilmente pode ser compreendida e aplicada sem a definição de seu sustentáculo territorial”.

Deste modo, definir o que é o território, é um passo para se acessar diferentes definições e características, tais como o conceito de soberania, tanto trazido na relação de influência do mercado ao Estado de Bauman (2008) quanto o destacado por Gottmann (2012). Bauman (2008) assevera que além dessa condição de influência, o Estado também pode se colocar ainda mais vulnerável caso a política atuante seja a favor de um sistema de terceirização das obrigações estatais, modificando um interesse, antes voltado para a coletividade, para atender interesses individuais.

Santos (2005) dialoga nesse espaço relacionado às influências que o Estado sofre, de interdependência a favor de interesses particulares, partindo de um entendimento complexo quanto às circunstâncias de controle real advindas com a atuação de empresas multinacionais instaladas no território brasileiro, Santos (2005) destaca o fenômeno do acontecer hierárquico tão presente nesse contexto. O autor explica que:

O acontecer hierárquico é um resultado das tendências da racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem a produção de um sentido, impresso na vida dos homens e na vida do espaço (SANTOS, 2005, p. 257).

Bauman (2008) aponta a fórmula do sucesso dessa sociedade de consumidores, que é de incutir seus valores em seus membros de tal modo que seus membros passem a entendê-los como suas emanadas vontades, anulando outros interesses e vontades realmente advindas de sua essência humana. Para tanto, o cultivo ao futuro e não viver o presente é parte fundamental nesta estratégia, condicionando os membros dessa sociedade de consumidores a estarem sempre em busca de uma felicidade que acreditam que irão encontrá-la em um tempo futuro apenas.

Iamamoto (2005) explica com bases Marxistas a dinâmica do capital e traz alguns impactos ao ser que produz, a saber que:

Na sociedade capitalista, à medida que o homem objetiva-se pelo trabalho – exteriorizando suas forças genéricas em relação aos outros homens – ela não só se cria, como se *perde, aliena-se: o conteúdo* do trabalho adquire *formas* – a forma mercantil desdobrando-se no dinheiro e nas relações contratuais – que fazem com que o produto de autônomo se torne coisa abstrata que domina o próprio produtor. [...] É o fetiche da forma mercantil (IAMAMOTO, 2005, p. 227).

Isso influi a uma reflexão de que o trabalhador conduzido pelo empenho da produção em função de inconscientemente atender uma ideologia mercantil, o qual acaba se “perdendo” nesse processo, alienando-se, e por assim sendo, acaba pautando sua vida em

função desse ciclo alienador, onde um dos objetivos movimentadores é a manutenção desse “exército produtor” incessante, a partir disso, o trabalhador passa a absorver de forma manipulada e inconsciente esse objetivo, que concorre para a ampliação dessa acumulação externa.

Santos (2005, p. 258) destaca que “há que se refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção”. Sendo assim, é válido tratar que esse processo alienado de imersão, tende a provocar nesses trabalhadores, a desassistência nas outras áreas que são adicionais a condição de formação da identidade humana, áreas que vão além do atendimento das “necessidades da vida material”, sendo que, “[...] para viver é preciso, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. [...] produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material.[...]” (IAMAMOTO, 2005, p. 26).

Bauman (2008) quando se refere a sociedade de consumidores, acrescenta que esta não possui distinções econômicas, entre consumidor mais rico ou pobre, ou seja, as pessoas pertencentes às camadas mais pobres dessa sociedade, se colocam em uma condição de abstinência às necessidades vitais em detrimento a possibilidade de acesso a determinado produto, se colocando em condição para muito além de suas expensas econômicas, deixando de dar valor às necessidades básicas de sobrevivência, se submetendo a uma penitência para se conseguir determinado bem de consumo que está na moda, ou que todos estão usando, influenciados pelo ritmo cadenciado do mercado.

Portanto, o indivíduo desta sociedade, almeja conseguir coisas materiais onde acaba depositando o encontro de sua felicidade no momento da aquisição, nesse estágio. No estágio da aquisição, há a presença do sentimento de prazer e conquista, breves efeitos causados no ser humano, o que Bauman (2008) identifica como uma falsa felicidade, uma vez que verdadeiramente não é o sentido individual, e sim parte de uma outra conquista que é inerente dessa sociedade, a de conseguir a venda daquele produto a qualquer custo, restando ao consumidor após a intensa excitação proporcionada pela aquisição, o início novamente de uma incessante busca dessa ilusória felicidade.

2.3 A dualidade de forças sobre a questão das drogas: Proibicionismo x Saúde Pública

Hygino e Garcia (2003) asseveram reflexões acerca do assunto sobre as drogas, quanto ao cuidado no entendimento da semântica de palavras relacionadas à temática, tais

como: usuário de drogas e drogas. Neste sentido, os autores acreditam que tal reflexão semântica, proporcionará melhor compreensão de um contexto que é tão estigmatizado, a não sensibilização para este entendimento, é campo potencialmente influenciador de ações negativas e equivocadas para o enfrentamento da questão.

Hygino e Garcia (2003) expressam a respeito da diferenciação singular na empregabilidade dos termos droga, drogadicto e drogadição, alertando para que não os utilize de maneira generalista, para não se contribuir em demasiado a um entendimento taxativo negativo sobre o assunto. Outro ponto de reflexão trazido por Hygino e Garcia (2003), em relação ao tratamento mais indicado a temática que tende a contribuir com um trabalho mais assertivo sobre o entendimento quanto às drogas em sua conceituação, perpassa por influências históricas, em diferentes contextos vivenciados, onde entender esses contextos é essencial para uma análise mais aproximada da realidade. Assim,

A droga, não deve ser entendida simplesmente como um entorpecente, um componente químico que produz sensações específicas num corpo biológico, mas como um recurso mediador, ou seja, um artifício por meio do qual se satisfaz uma necessidade psíquica e social (HYGINO; GARCIA, 2003, p. 33).

É possível observar, que os autores relacionam que as drogas lícitas são melhor aceitas socialmente do que as drogas ilícitas, e quanto à comercialização das drogas ilícitas, geralmente está diretamente ligada a diversas condições que envolvem criminalidade. Asseverando-se ainda que a venda de drogas possui um retorno financeiro alto, sendo o produto considerado lícito ou ilícito (HYGINO; GARCIA, 2003).

Hygino e Garcia (2003) asseveram que a temática sobre o uso de drogas pode sofrer com norteamientos moralistas, o que influencia nas práticas voltadas para o enfrentamento da questão, permeando dúvidas acerca das ações a serem realizadas, portanto, deve-se “prevenir, reprimir ou descriminar?” (HYGINO; GARCIA, 2003, p. 35). Assim, os autores destacam a importância do repasse de informações técnico-científicas a respeito dos efeitos nocivos causados pelo uso e manipulação das drogas, necessitando de certa atenção para não ser marcado como um discurso moralizante e acusador, o que se distanciou do objetivo real de prevenção. Ressaltam que:

A informação técnica sobre os efeitos deletérios das drogas no organismo, no comportamento e nas relações sociais não tem sido um recurso exitoso no combate ao uso, sobretudo porque a informação objetiva, “científica”, e por isso aparentemente isenta é frequentemente revestida de um tom moralizador (HYGINO; GARCIA, 2003, p. 36).

Hygino e Garcia (2003) analisam que a maioria das campanhas de prevenção possui maior inclinação em “demonizar a droga, condenar o uso, culpabilizar o usuário” (HYGINO; GARCIA, 2003, p. 37). Os autores asseveram que é importante a diferenciação entre o “uso, usuário e droga” (HYGINO; GARCIA, 2003, p. 36), lido e entendido assim de maneira distinta, condição que possibilitará a melhor identificação de cada destinação contribuindo na opção de formas de prevenção e “autocombate” (HYGINO; GARCIA, 2003, p. 37).

2.4 Serviço Social e controle social: Características relevantes

Conforme Raichelis (2000), a partir dos anos 90, com o projeto de reconceituação profissional em curso e o avanço do projeto neoliberal no Brasil, o já então conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social) segue uma linha estratégica junto aos profissionais em razão dessa movimentação:

A década de 90, no entanto, representa um influxo nesse processo, na medida em que articula no mesmo movimento demandas contraditórias referidas, de um lado as exigências de aprofundamento da democratização e da organização coletiva dos Assistentes Sociais na direção da extensão dos direitos sociais, e de outro, o agravamento da crise social no quadro de fortalecimento do projeto neoliberal, que aponta para o retrocesso das políticas de proteção social. Em função disso, o conjunto CFESS/CRESS passa a priorizar como linha programática estratégica a participação dos Assistentes Sociais nos Fóruns e Conselhos de discussão, formulação e controle social das políticas públicas (RAICHELIS, 2000, p. 227).

Percebe-se então o entrosamento da categoria com os interesses coletivos nos anos 90. Raichelis (2000, p. 227) reforça que “essa nova perspectiva de intervenção política-profissional, vem sendo assumida, principalmente, a partir das exigências introduzidas, pela Constituição de 1988, relacionadas a regulamentação dos direitos sociais por ela consagrados”, assim, a Lei de Regulamentação da Profissão, direciona os Assistentes Sociais ao compromisso ideológico que a profissão carrega notado em seus 11 princípios.

Iamamoto (2005) explica que a atuação do Assistente Social se dá fazendo uso de 3 dimensões, a dimensão ético-política que traz consigo as bases filosóficas do marxismo, sendo atualmente considerada o projeto³ que norteia a atuação profissional, a teórico-metodológica e

³ Considera-se um projeto em razão do movimento de reconceituação profissional que o Serviço Social passa, por tanto, se está em movimento, considera-se como um projeto, logo, não está finalizado. Iamamoto (2005), esclarece que esse movimento de reconceituação profissional vem em uma perspectiva de distanciamento do entendimento de que a atuação do(a) Assistente Social norteia-se por bases caritativas/filantrópica, estando a profissão inserida na divisão internacional do trabalho, esta possui intervenções técnicas, condição que não comporta caridade/filantropia.

a técnico-operativa que é a metodologia eleita é usada para as intervenções sociais na elaboração de instrumentais, tendo como aporte intelectual o arcabouço teórico da literatura do Serviço Social.

De acordo com Raichelis (2000), a categoria de Assistentes Sociais, teve uma forte representação intelectual na construção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), onde colaboraram com uma visão cidadã do usuário da política, e com o curso da operacionalização dos serviços. Vale ressaltar, que conforme Iamamoto (2005), o Serviço Social possui um projeto de reconceitualização profissional, neste sentido, Raichelis (2000) assevera que nos anos 80 houve um movimento de aproximação do Serviço Social junto à força sindical e com o meio acadêmico, movimento fundamental para as bases de construção desse projeto.

O enfrentamento do conservadorismo profissional no âmbito do Serviço Social, teve como mediadores ativos as entidades acadêmicas e corporativas da profissão, que lutaram pela hegemonia política a partir de um arco de alianças à esquerda, estabelecendo um vetor de ruptura com o denominado Serviço Social tradicional, por meio dos esforços de construção de novas bases de legitimidade para a profissão junto às classes subalternas da sociedade (RAICHELIS, 2000, p. 226).

A autora discorre ainda que após 80, nos anos 90 o CFeSS, por meio da construção de toda a categoria em espaços de encontros acadêmicos e profissionais como Congressos e Fóruns, institui a Lei de Regulamentação da Profissão, que em seus termos dá destaque ao movimento de distanciamento dessas bases tradicionais que engessam o alcance do acesso aos direitos individuais e coletivos.

Segundo Raichelis (2000), os Assistentes Sociais representaram um braço essencial para a construção e direcionamento da criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A autora exemplifica diversas atuações de cunho político de conversação com atores sociais nesse processo, a comunidade acadêmica, o parlamento e os partidos políticos.

Nesse contexto, destaca o envolvimento e empenho da categoria nessa construção, com contribuições significativas também na área da “produção intelectual” (Raichelis, 2000, p.125), voltada a temática da política de Assistência Social, com forte e amplo conhecimento e entendimento de suas bases norteadoras, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e LOAS, sendo aplicado junto a essa construção a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social.

Para o desenvolvimento do senso crítico da população, é essencial uma estratégia conjunta de ação. Inserida nesse contexto, insere-se a contribuição norteadora do profissional de Serviço Social, uma vez que as diretrizes do projeto ético-político da profissão se

encaminham nesta perspectiva. Freire (2010) traz uma colaboração importante para esse fortalecimento:

O trabalho de assessoria nessa área, pelas universidades e centros de pesquisa, é fundamental e prioritário, merecendo apoio das agências de fomento, de modo similar a projetos vinculados às demais tecnologias, na direção contra hegemônica da valorização de uma esfera pública e democrática e do consenso crítico da classe que vive de seu trabalho (FREIRE, 2010, p. 307).

A saber que o trabalho dos Assistentes Sociais com as mediações, apresenta “uma prática de ruptura das práticas conservadoras e sua operacionalização” (FREIRE, 2010, p. 307) nas práticas interventivas para o fortalecimento e fomentação da criticidade junto à população, predominam estratégias e procedimentos limitados apenas a socialização de informações, debates e palestras - não que essas ações não sejam importantes-.

Freire (2010, p. 307) destaca que “esses processos são extremamente válidos, mas que não deveriam ser únicos nem iniciais, porque são verticais, ou seja, de quem sabe mais para quem sabe menos, mantendo, portanto, a subalternidade”, não querendo hierarquizar, e tão pouco estigmatizar esse processo de acesso aos conhecimentos, mais sim na tentativa de compreendê-lo em sua plenitude e movimentação,

O autor destaca que um processo de aprendizagem, os envolvidos se complementam com o conhecimento que cada um possui acerca de determinado assunto, pois cada pessoa possui uma compreensão que pode agregar com o outro ator, contribuindo na aprendizagem para ambos. Freire (2010) acrescenta como o Assistente Social poderia somar de maneira técnica junto ao fortalecimento crítico da população:

[...] nessa relação entre Assistente Social-usuário, podem ser desenvolvidos os seguintes processos: utilizando triangulação de técnicas, como entrevistas, questionários, folders informativos, reuniões e seminários; discussão da demanda com os gestores e/ou usuários, apresentando um projeto/proposta de trabalho; mobilização de todos os integrantes da instituição ou determinado grupo para qual foi identificado a necessidade do trabalho ou com indivíduos; procedimentos democráticos para escolha de representantes, discutidos com todos; discussão dos objetivos em grupo, comissão ou equivalente, a partir do objeto do trabalho; descoberta de meios, limites e possibilidades, em instâncias externas à instituição e propostas de melhorias e mudanças, com negociação e acompanhamento sob o controle social, podendo constituir-se uma comissão permanente (FREIRE, 2006, p. 193-195 apud FREIRE, 2010, p. 309).

Vale ressaltar que apesar da descrição do possível trabalho técnico realizado pelo Assistente Social em atuação, estas estratégias apresentadas por Freire (2010), apesar de tão completas, coerentes e coesas, não podem ser entendidas como uma única forma de atuação

profissional, uma vez que cada realidade possui sua singularidade e peculiaridades que devem ser exaustivamente buscadas para a tentativa de compreensão em sua plenitude, e só a partir de então iniciar o traçar das ações que serão e servirão com maior efetividade para determinada realidade social.

Conforme Freire (2010, p. 307), “embora haja discursos críticos avançados a respeito do controle social, predominam estratégias e procedimentos limitados apenas a socialização de informações, a exemplo de uma discussão em grupo, palestras e debates em seminários”, para tanto, cabe destacar que essas ações de compartilhamento/interação das informações não deixam de ser importantes e são extremamente válidas, no entanto, a atuação do(a) Assistente Social, ocorre para muito além de ações pragmáticas e imediatistas.

3 NORTEAMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Sobre a pesquisa científica

Sobre a aplicabilidade, característica inerente a esta pesquisa científica, Matias-Pereira (2016) faz uma diferenciação entre a pesquisa meramente teórica e a pesquisa aplicada, em que na pesquisa teórica o pesquisador apenas baseia-se nas obras científicas que o auxilia a compreender algumas questões acerca da temática que se dispôs a conhecer, enquanto que na pesquisa aplicada, esta promove o empenho da resolução da problemática vivenciada.

Desse modo, esta pesquisa busca produzir um conteúdo empírico, que responda os objetivos do estudo, sendo classificada como uma pesquisa descritiva, que conforme Matias-Pereira (2016, p. 60) “esses estudos buscam examinar um fenômeno para descrevê-lo de forma integral”, ou seja, observam-se diversos fatores que possam influenciar no fenômeno estudado, a exemplo de fatores sociais e políticos.

Assim, o referido estudo fará uso da abordagem qualitativa, que segundo Oliveira (2014, p. 34) é “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. Neste sentido, o método adotado se ancora nos fundamentos filosóficos do materialismo histórico e dialético. Dessa forma, Triviños (1987) explica que:

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. [Quanto ao] materialismo dialético [esclarece que] é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. [...] Talvez uma das ideias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da *prática social* como critério de verdade (TRIVIÑOS 1987, p. 51, grifo do autor).

Sendo esta, a mais adequada base teórica para nortear a pesquisa proposta, uma vez que realizando o resgate histórico do objeto de pesquisa e em paralelo com uma análise atual das ações e práticas desenvolvidas pelo então Conselho Municipal, será possível uma aproximação maior da realidade vivenciada. Dessa forma, pretende-se atingir a proposta do objetivo geral do referido estudo. Severino (2007, p. 116) esclarece que “o método dialético é uma tendência [que] vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai formando o tempo histórico”.

Neste sentido, com a tessitura de relações sociais existentes, construída desde a

criação do Conselho, foi possível uma aproximação maior com essa realidade a percebendo em sua real conjuntura e essência. É importante trazer para discussão o uso da abordagem quantitativa dentro de uma pesquisa qualitativa. Oliveira (2014) explica que:

A opção por um método qualitativo não invalida a utilização de alguns dados quantitativos, uma vez que, dependendo do objeto de estudo, é importante que se reforce a análise dos dados em termos comparativos, seja por meio de números que representem com clareza a realidade estudada (OLIVEIRA, 2014, p. 48).

Apesar da referida pesquisa ancorar-se pelo viés da abordagem qualitativa, esta fez uso também de métodos quantitativos, os quais acrescentaram peso de validação as análises realizadas por meio da coleta de dados em campo, igualmente no momento de organização dos dados e para a exposição visual destes com a utilização de tabelas e/ou gráficos.

3.2 Análise de Conteúdo

Destaca-se que, esta pesquisa se utilizou da técnica de análise dos dados qualitativos a análise de conteúdo de Bardin (2002, p. 38) que é “o conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Mas, isso não é suficiente para definir a especificidade da análise de conteúdo”.

A análise de conteúdo vai além da mera aplicação de técnicas, exigindo do pesquisador a sensibilidade de captação, associação teórica e profunda interpretação dos dados coletados. Conforme Moraes (1999, p. 3), “de certo modo a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação”, ou seja, é uma técnica que permite ao pesquisador uma percepção crítica da realidade, o que lhe possibilita ir para além da trivialidade do surgido durante o processo do estudo.

Os dados aqui consolidados foram coletados por meio de questionário com perguntas de múltipla escolha e perguntas com respostas dissertativas, o qual foi aplicado junto aos participantes. Bardin (2002, p. 39) explica que “o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre seu meio por exemplo”, ou seja, a leitura sensível da realidade apresentada durante a pesquisa torna-se ferramenta primordial para uma descrição crítica pelo olhar do pesquisador, tendo por base o referencial teórico contundente a temática proposta, interagindo com a realidade.

A esse propósito e encaminhamento, ao que diz respeito sobre a técnica de análise de conteúdo, Moraes (1999) explica que:

Toda a leitura de um texto, constitui-se numa interpretação. Entretanto, o analista de conteúdo exercita com maior profundidade este esforço de interpretação e o faz não só sobre conteúdos manifestos pelos autores, como também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores (MORAES, 1999, p. 09).

Pela aplicabilidade da metodologia de análise de conteúdo, o pesquisador precisa possuir um olhar sensível aos eventos que ocorrem durante a pesquisa, durante a análise dos dados coletados em campo, bem como na fundamentação teórica levantada pelo pesquisador que se aportará nas referências teóricas, relacionando-as com a realidade apresentada em um sistema relacional e crítico de triangulação.

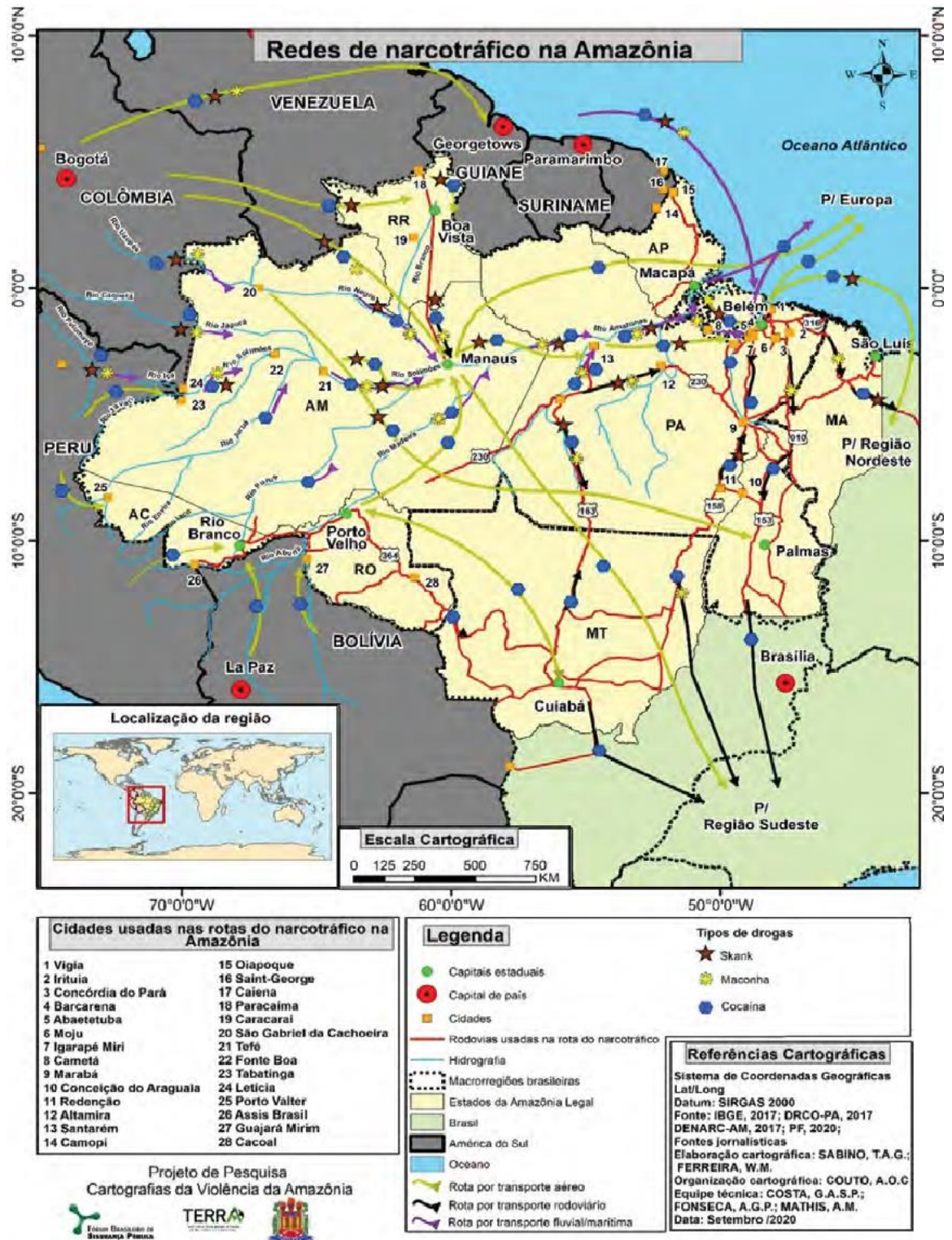
Oliveira (2014, p. 34) vem esclarecer que uma das características da pesquisa qualitativa “implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações e aplicação das entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva”. Quanto aos instrumentos de coleta e análise de dados, primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico e revisão integrativa, por meio da leitura, análise e sistematização de obras acadêmico-científicas relacionadas ao assunto, o que serviu de base para compor o alcance dos objetivos gerais e específicos já mencionados.

3.3 O Baixo Amazonas

Como local de pesquisa, foi escolhida a região do Baixo Amazonas no Oeste do Pará em razão da forte atividade que o tráfico internacional de drogas possui nessa localidade, o qual faz uso das rotas fluviais para a distribuição na região e para o exterior (Mapas 1 e 2). Conforme Mapa 2 a Região do Baixo Amazonas é composta pelas cidades de: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa, Porto de Móz, Mojuí dos Campos, Belterra e Placas.

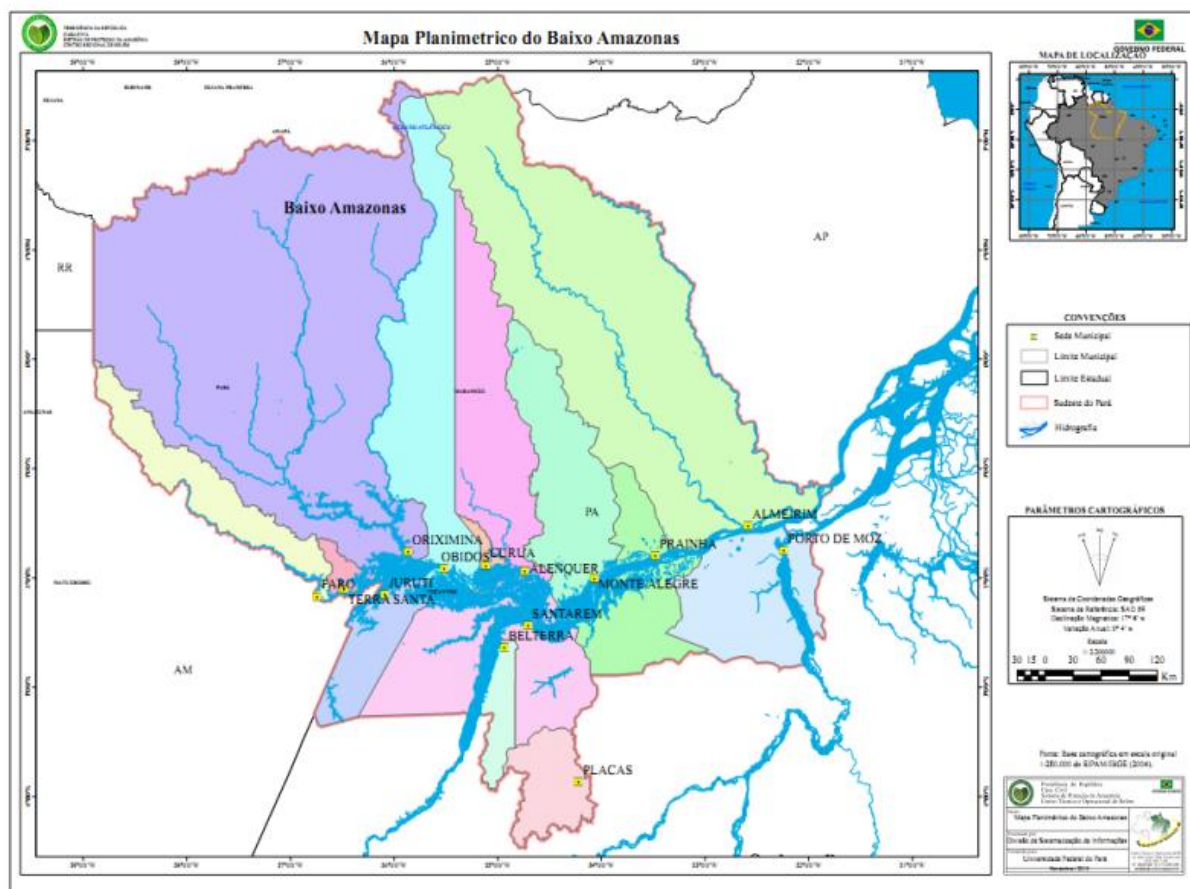
Assim, buscou-se atender apenas a observação de cidades localizadas às margens do rio Amazonas e Tapajós, em razão da forte prática do tráfico, cuja concentração está localizada em meio hidroviário, conforme demonstrado no Mapa 1.

Mapa 1 – Rede de Narcotráfico na Amazônia.



Fonte: Grupo Terra/UEPA/FBSP (2020).

MAPA 2 – Mapa Planimétrico do Baixo Amazonas



Fonte: SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - Centro Regional de Belém - Divisão de Sistematização de Informações (2010).

Dentre as cidades que compõem a região do Baixo Amazonas, Santarém desponta como cidade satélite da região, bem como é pioneira na criação do CMPD na região do Baixo Amazonas, Oeste do Pará.

3.4 Os participantes da pesquisa

Mediante a este cenário, para compor a população participante da aplicação dos questionários da pesquisa, optou-se em dividir em dois grupos, a saber: Grupo 1: Da Composição do Conselho conforme o Artigo 3º da Lei municipal de Santarém-PA nº: 20.145/2016 o CMPD será composto por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, por tanto, para termos de pesquisa responderam ao questionário os 24 (vinte e quatro) membros, caracterizando o recorte censitário desse universo.

Grupo 2: Assistentes Sociais que fazem parte de diferentes Conselhos Municipais Temáticos da SeMTrAS s que são 8, a saber: Conselho Municipal de Assistência Social de

Santarém (Cemass), Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (Comdeca), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CoMSAN), Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPCD), Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF), Conselho Municipal da Juventude (CMJuven) e CMPD. A ser extraído um profissional de Serviço Social de cada Conselho, totalizando 8 profissionais, isso se em cada Conselho houvesse um(a) Assistente Social atuando. Neste contexto, os seguintes critérios de Inclusão foram adotados:

- 1- A aplicação dos questionários foi realizada com Assistentes Sociais que estão em atuação nos Conselhos Municipais ligados a SeMTrAS;
- 2- Responderam ao questionário somente os Conselheiros em atuação no CMPD.

Critérios de Exclusão, não responderam ao questionário:

- 1- Assistentes Sociais e Conselheiros que estejam em atuação em Conselhos que não estão ligados a SeMTrAS;
- 2- Conselheiros(as) que não estão em atuação no CMPD.

Após acesso ao campo, desse universo, aderiram a pesquisa 12 participantes, sendo 7 Conselheiros(as) do CMPD e 5 Assistentes Sociais Conselheiros(as) de Conselhos ligados à SeMTrAS. As categorias da pesquisa foram organizadas com base nos eixos temáticos que estão diretamente relacionados à composição do sumário do presente estudo, a saber: Importância da participação popular nas decisões de políticas públicas, dimensão das drogas: produção, mercado e consumo.

Para os profissionais de Serviço Social, foram acrescentados eixos temáticos específicos, que estão igualmente relacionados ao sumário desta obra: Relação do Serviço Social com controle social em geral e em específico aos Conselhos Municipais Temáticos, e Técnicas operacionais dos Assistentes Sociais para o referido segmento democrático.

A distribuição prévia dos eixos norteou a elaboração dos questionários aplicados junto aos participantes do estudo, na perspectiva do alcance dos objetivos específicos. Para Oliveira (2014, p. 94, grifo do autor), há duas formas de elaboração das categorias, que são de maneira teórica e empírica, o autor refere-se que “quando falamos em *categorias teóricas* estamos nos referindo às leituras convergentes ao tema central do estudo”. No que tange às respostas do questionário, estas foram analisadas pautando-se na técnica de análise de conteúdo

de Bardin (2002), sendo estas tidas como as unidades de análise.

Conforme Oliveira (2016, p. 100 grifo do autor),” as *unidades de análise* dizem respeito aos *dados obtidos* através da aplicação dos questionários e/ou a realização das entrevistas”. A identificação dos participantes foi realizada por meio de letra(s) ou número – conduta a qual se pretendeu reduzir o risco de identificação deles e possíveis constrangimentos em razão da exposição-, sendo realizado em seguida o agrupamento das verbalizações correspondentes a cada eixo temático estipulado para a organização do estudo.

Sendo então, a variável da análise estatística, distribuindo a frequência absoluta e a frequência relativa dessas respostas, para a composição das tabelas e dos gráficos, seguido das análises norteadas pelos métodos já descritos na caracterização da pesquisa. Como aspecto ético, fez-se uso do que está preconizado na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, a qual norteia a conduta ética a ser tomada pelo pesquisador na área das ciências sociais, envolvendo seres humanos.

Dentre as ações éticas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi adotado, o qual foi apresentado aos participantes da pesquisa lhes viabilizando uma cópia, ação adotada, a fim de assegurar o sigilo quanto a divulgação do nome, ou de demais dados ou informações que possam identificá-los, mediante às informações que foram fornecidas por eles. Por meio do instrumento, aos participantes foi garantido que as informações repassadas possam ser retiradas a qualquer tempo do projeto, se assim entenderem. Tal atitude, possibilitou minimizar ou anular os riscos que a pesquisa oferece no que tange uma possível exposição e/ou constrangimento, desconforto, receio, temor de algo, na iminência de algum possível comprometimento em seu espaço de trabalho.

Aos participantes foi apresentado a proposta da pesquisa e os benefícios que a mesma trará a ele e a coletividade. Na aplicação dos questionários procurou-se respeitar a disponibilidade de cada participante, em ocasiões oportunas, em reuniões do Conselho ou conforme indicação do participante, a fim de preservá-los quanto à incidência de fadiga, chateação e irritação.

4 CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS NO OESTE DO PARÁ: CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO SANTARENO

4.1 Cenário regional dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas

Guimarães (2012) realizou um estudo sobre a motivação do crime mediante a ótica do criminoso, tendo por base de coleta de dados a população masculina encarcerada no Centro de Recuperação Agrícola Sílvia Hall de Maura no município de Santarém no ano de 2011.

Constatou que até aquele período, essa população estava estimada entre 500 a 520 detentos, deste total, foram envolvidos 408 detentos mediante a aplicação de questionários, obtendo o quantitativo de 228 delitos que foram cometidos por pessoas advindas de outros municípios, com um quantitativo de 102 por tráfico de drogas.

Ainda pela pesquisa de Guimarães (2012) desse quantitativo, 180 crimes foram cometidos por indivíduos pertencentes ao município de Santarém, sendo que desses crimes o quantitativo maior de incidência é o tráfico de drogas, com 54. O autor resume que “dos 156 crimes de tráfico de entorpecentes observados, 54 foram cometidos por naturais de Santarém, ou seja, 34,62%, enquanto que 102 foram cometidos por pessoas naturais de outras cidades, 65,38%, praticamente o dobro de delitos dessa natureza cometidos pelos naturais de Santarém” (GUIMARÃES, 2012 p. 64).

Conforme estudo realizado por Guimarães (2012) em análise aos indicadores coletados junto a Polícia Civil de Santarém-PA sobre os registros referentes ao crime de Tráfico de Drogas no período dos anos de 1999 a 2010, o autor afere que o aumento desse tipo de crime assim como outros, pode possuir relação com o aumento populacional de um município. Assim, em último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2022, Santarém possui 331.937 mil habitantes, com densidade demográfica de 18,55 habitante/km² o colocando como o município com maior concentração de habitantes por espaço ocupado, condição que pode interferir sobre os indicadores relacionados ao Tráfico de Drogas na região do Baixo Amazonas.

Guimarães (2012, p. 46) relaciona que “se for considerado que o crescimento populacional foi impulsionado pelo crescimento econômico do município, então se tem a conclusão de que o crescimento econômico estimula o crescimento populacional, o qual por sua vez, instiga a criminalidade”, frente a esta análise, conforme IBGE (2023), tanto o Produto Interno Bruto (PIB) quanto à população do município de Santarém, vêm aumentando conforme atravessam-se os anos. Em última coleta do IBGE (2023), no ano de 2020, o PIB de Santarém

correspondia a R\$ 17.950,24 – valor a mais que os anos anteriores- o colocando em 5º lugar atrás de Oriximiná (R\$ 33.818,92), Juruti (R\$ 23.180,49), Terra Santa (22.899,64), e Almeirim (R\$ 18.417,18), muito embora em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Santarém apresentava-se com quantitativo de 0,691, superior aos municípios da região do Baixo Amazonas às margens do Rio Tapajós e Amazonas. Conforme a Prefeitura Municipal de Santarém (PMS):

Santarém é o principal centro urbano-financeiro, comercial e cultural do Oeste do Estado do Pará. A cidade é uma das mais antigas da região amazônica e se constituiu como uma das mais importantes também. Cidade do interior com características de cidade grande, é a sede da Região Metropolitana de Santarém, o segundo maior aglomerado urbano do Pará (PMS, 2023, online).

Conforme a PMS (2023,) o acesso a cidade quanto aos pontos de escoamento, podem ser utilizados via fluvial, rodoviária e aérea. Santarém possui acessibilidade no quesito de deslocamento utilizando essas três formas possíveis, via terrestre para as regiões centro-sul do país pela BR-163, que corta pelo sul da região Oeste do Pará chegando a fronteira do Estado de Mato Grosso, referência na produção agrícola de sementes (soja e milho) do país, Estado que faz vasto uso desse acesso rodoviário e hidrográfico da cidade para o escoamento diário dos grãos ao exterior. O município disponibiliza mais de 100 km de praia:

A modalidade hidroviária é o mais importante meio de locomoção de passageiros e transporte de cargas devido à existência dos vários rios que formam a rede hidrográfica (Amazonas, Tapajós, Arapiuns, Curuá-Una, Moju e Mojuí) e desempenha importante papel na economia local. Embarcações de médio porte fazem a navegação fluvial para as cidades de Belém (Pará), Manaus e Macapá. As embarcações de grande porte fazem a navegação de longo curso. De Santarém para a capital do Estado, via fluvial, são 880 quilômetros de distância e para Manaus são 756 quilômetros (PMS, 2023, online).

4.2 Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Santarém: Origem, Composição e atuação

A composição do CMPD de Santarém-Pará está distribuída da seguinte forma, segundo o artigo 3º da Lei Nº 20.145/2016 de 30 de dezembro de 2016:

Será composto por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, sendo: 02 representantes titulares e suplentes da Secretaria Municipal de Educação, representante titular e suplente da Secretaria Municipal de Saúde, 01 representante titular e suplente da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, 01 representante titular e suplente da Polícia Militar – Programa educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PRCERD), 01 representante titular e suplente

dos Conselhos Tutelares, 01 representante titular e suplente do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, 01 representante titular e suplente do Conselho de Pastores Evangélicos de Santarém, 01 representante titular e suplente da Pastoral Social da Diocese de Santarém, 03 representantes titulares e suplentes da Sociedade Civil Organizada (Organizações não Governamentais, universidades, lideranças do setor privado), que desenvolvam ações de prevenção e recuperação de usuários e dependentes (SANTARÉM, 2016).

Segundo Almeida e Tatagiba (2012, p. 69) “[...] essa forma de composição, torna o processo decisório mais permeável aos diversos interesses implicados na elaboração e execução das políticas públicas, favorecendo decisões mais justas e legítimas”, com isso, compreende-se que da formação do conselho com essa disposição, as avaliações, decisões terão maior alcance de justiça para coletividade.

Neste contexto, expressa-se dentre os membros titulares e suplentes a representatividade da sociedade civil organizada, a título de deliberações vigentes a temática, coloca-se a necessidade da relação teoria-prática do controle social, visando o estímulo dos sujeitos no que se refere a seu modo de sentir, pensar, imaginar, criar, agir.

O CMPD, atualmente, opera fazendo uso do espaço municipal Casa dos Conselhos, localizado na Avenida Turiano Meira, nº 752, Bairro: Santíssimo entre as ruas Marabá e Borges Leal, com horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira de 08:00 às 14h. Neste imóvel, conforme demonstrado pela Figura 1, além do CMPD, fazem uso mais 7 Conselhos Municipais Temáticos ligados a SeMTrAS: Cemass, Comdeca, CoMSAN, CMDPI, CMDPCD, CMCF, CMJuven.

Figura 1 – Casa dos Conselhos.



Fonte: Capturada por Santos, M.A.L., 2024.

4.3 Perspectivas para o Conselho: os horizontes das Políticas Públicas sobre Drogas para a população santarena

Para inicialização da pesquisa, participou-se de duas reuniões do CMPD. Estas reuniões ocorrem na última quinta-feira de cada mês do ano. Nas duas reuniões, a pesquisa foi apresentada e aceita pelo coro de Conselheiros. Todas as reuniões são registradas em ata e requisitadas, por meio on-line, com edital de convocação via portal da transparência na página oficial da prefeitura municipal de Santarém, condição que oferece transparência aos atos administrativos e ações realizadas pelo Conselho Municipal.

Foram aplicados aos 25 conselheiros, questionários com perguntas, distribuídas por eixos temáticos após a aplicação do TCLE, a saber:

1. Momento inicial: tendo a pretensão de conhecer o participante, seu perfil profissional e tempo de experiência enquanto Conselheiro;
2. Conselho Municipal: no qual buscou-se compreender qual o entendimento que o participante possui sobre a temática de Conselho Municipal;
3. Sobre o CMPD: momento no qual foram abordadas perguntas relacionadas à prática do Conselho, a partir da perspectiva de cada participante;
4. Formação: Composto por perguntas relacionadas a temática de formação, treinamentos, participação e socialização em seminários, congressos e eventos relacionados ao tema abordado pelo Conselho.

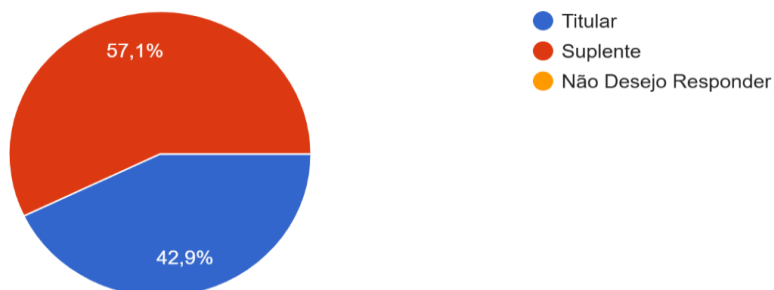
A escolha por disponibilizar questionário virtual, por meio da ferramenta *google forms*, deu-se em razão da sugestão de alguns participantes que manifestaram preferência pelo preenchimento virtual em razão da praticidade oferecida no cotidiano. Foram disponibilizados questionários físicos e virtuais. Aderiram a pesquisa 7 participantes de um universo de 25.

Inicialmente, conforme o Gráfico 1 relacionado à condição de titularidade ou suplência do participante, é possível perceber que a participação dos Conselheiros suplentes se faz presente, correspondendo a 57,1%, tendo 42,9% do universo de participantes formados por Conselheiros Titulares. O que demonstra uma representativa participação dos suplentes na pesquisa, condição que pode se repetir em outras condutas que envolvam participação dos Conselheiros, ou seja, a condição de suplência não é limitante e inerte, mas sim pode ser participação ativa no colegiado.

Gráfico 1 - Conselheiro(a).

Conselheiro(a)

7 respostas

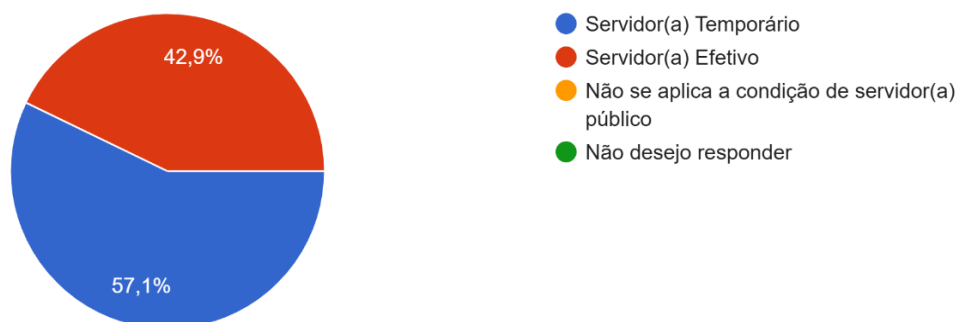


Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme demonstrado pelo Gráfico 2, os participantes aderentes a pesquisa foram servidores públicos, tanto estando na condição de temporário com 57,1% quanto na condição de efetivo com 42,9%, não tendo adesão de participantes em outra condição de paridade, como a dos representantes da sociedade civil, os quais também compõem o Conselho.

Gráfico 2 – Representação no Conselho.

7 respostas



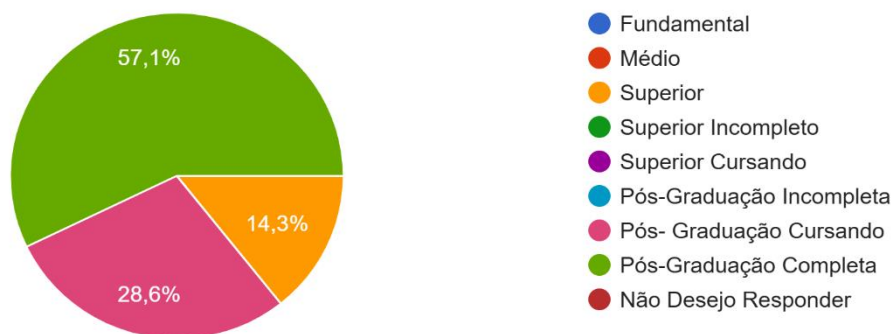
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

É possível abstrair que o grau de instrução dos participantes inicia-se com ensino superior, correspondendo a 4,3% possuindo o índice de 57,1% com pós-graduação completa e 28,6% cursando pós-graduação, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Grau de Escolaridade.

Grau de Escolaridade - Escolha uma opção

7 respostas



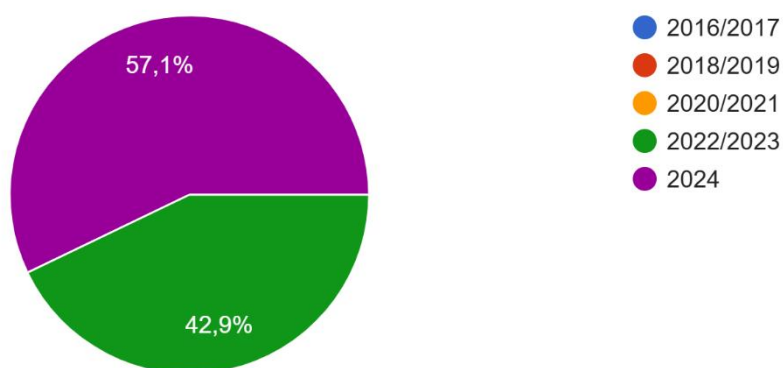
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme a categoria indicada pelo Gráfico 4, há Conselheiros que em 2024 estão compondo o mesmo Conselho pela segunda vez, correspondendo a 57,1% e 42,9% sendo este o primeiro mandato.

Gráfico 4 – Mandatos exercidos.

Indique quantos mandatos você exerceu como Conselheiro(a) do CMPD?

7 respostas



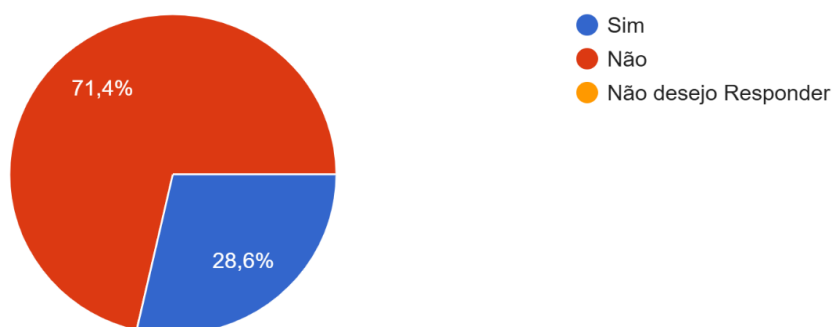
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme Gráfico 5, A maioria dos participantes que apresentando-se com 71,4%, não compuseram outros Conselhos Municipais de outras temáticas, muito embora obteve-se que ao menos 28,6% dos participantes, já tenham feito parte de outros Conselhos.

Gráfico 5 – Participação em outros Conselhos Municipais.

Você participa ou já participou de composições de outros Conselhos Municipais?

7 respostas



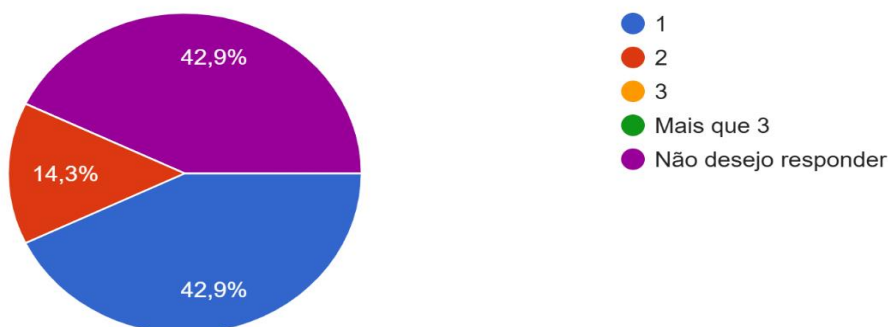
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Em pergunta seguinte, se a resposta fosse já ter participado de outros conselhos, conforme Gráfico 6, 14,3% dos participantes responderam que já haviam participado de 2 outros Conselhos, 42,9% dos participantes respondeu que havia participado de 1 Conselho, e 42,9% dos participantes não desejou responder, dando-se por entender que os que não desejaram responder correspondem aos que responderam em pergunta anterior que ainda não haviam participado de nenhuma composição de Conselho, no entanto, acredita-se que 1 participante desse universo, entendeu que deveria contar com a atual composição, respondendo ter participado ou que participa de 1 composição.

Gráfico 6 – Quantas composições de Conselho já participou?

Se sim, quantas composições de Conselhos você já participou?

7 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

No que se refere às perguntas distribuídas no segundo eixo da pesquisa a respeito do entendimento dos(as) participantes do que se trata um Conselho Municipal, todos responderam achar positiva a forma paritária pela qual o ordenamento do Conselho é constituído, muito embora apenas 4 participantes tenham comentado acerca desse entendimento conforme representado pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Comentários dos participantes quanto a forma paritária com que é constituído o Conselho.

COMENTÁRIOS	Freq. Absoluta
C.1 Faz com que os serviços sejam mais transparentes em sua execução.	4
C.2 Um assunto que abrange todos os setores da sociedade tem que ter toda sociedade tentando resolver.	
C.3 Porque ajuda que a sociedade civil tenha voz sem cunho político.	
C.4 Deveria ter mais policiais envolvidos.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Mediante os comentários realizados, é possível notar distintas percepções dos participantes quanto a forma paritária com que o Conselho é constituído, muito embora sejam congruentes quanto ao sentido da intencionalidade da paridade. As percepções perpassam pela transparência na execução dos serviços, sendo considerado como positivo porque é um assunto que ocorre em todas as áreas da sociedade e assim existindo várias maneiras sugeridas para solucioná-lo.

Outro ponto levantado, é o de que as requisições e decisões surgem por meio da realidade local vivenciada, sem que ocorra interferência política, cuja qual contaria para o alcance de interesses individualizantes desconexos das demandas reais daquela sociedade. Desta forma, se descaracterizaria a essência de atender os interesses da coletividade carregada pelo seguimento de controle social. Já outro participante acredita que mais policiais pudessem estar envolvidos.

Todos os participantes acham positivo o tempo de atuação de 2 anos no CMPD, muito embora, conforme Quadro 2, apenas 3 participantes manifestaram sua opinião acerca do período de atuação, assim, entendem que 2 anos são suficientes para dar continuidade às atividades e projetos iniciados. Todos os 3 participantes que comentaram, acreditam que é possível a obtenção de resultados das intervenções durante esse período.

Quadro 2 – Comentários acerca do período de atuação.

COMENTÁRIOS	Freq. Absoluta
C.1 Continuando trabalhos anteriores, dois anos é suficiente para que resultados apareçam.	3
C.2 É muito positiva porque têm resultado na área de prevenção e no enfrentamento às drogas no município de Santarém.	
C.3 É o tempo suficiente para ter um ano de experiência e um ano de execuções, até porque falta muito planejamento por parte do conselho.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

No terceiro eixo, em que as perguntas são direcionadas ao entendimento das práticas do Conselho a partir da perspectiva de cada participante, conforme demonstrado pelo Quadro 3, é possível observar que todos os participantes responderam à pergunta relacionada de qual seria o papel desempenhado pelo CMPD. Desta maneira, foi possível perceber que 5 participantes acreditam que a prevenção é um instrumento das atividades desempenhadas pelo CPMD.

Deste universo, 3 participantes acreditam que o papel desempenhado pelo Conselho está voltado à vertente de fiscalização das políticas públicas relacionadas à temática. É importante destacar, que a análise realizada é constituída pela observação de incidência das referidas opiniões em cada discurso, não sendo este o entendimento único e isolado do papel desempenhado pelo CMPD no município.

Quadro 3 – Qual o papel desempenhado pelo CMPD no município?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Fiscalizar as ações desenvolvidas no município, assim como, participar de atividades que envolvam as temáticas de políticas sobre o combate às drogas.	7
R.2 deveria ser o de instigador de projetos de prevenção	
R.3 Fiscalizar as políticas, formas de prevenção e locais que apoiam a prevenção de drogas	
R.4 Fiscalização e participação nas questões que envolvem políticas sobre drogas	
R.5 Nas políticas públicas através da responsabilização dos governantes com essa temática e, principalmente, agindo na integração das redes de assistência social, segurança pública e da justiça, em prol de prevenir e tratamento das drogas	
R.6 Desempenha um papel muito paliativo, falta mais trabalho de execução	
R.7 Conscientização	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Ao que se trata do entendimento dos participantes quanto à importância do CMPD para a formulação de políticas públicas para o município, conforme Quadro 4, responderam 6 participantes. Assim, foi observado que por 3 respostas, 3 participantes entendem o CMPD como um órgão fiscalizador das ações governamentais relacionadas à temática. Raichelis (2000) esclarece que a sociedade civil organizada está presente nesse processo, representando as “prioridades e na fiscalização das políticas públicas” (RAICHELIS, 2000, p. 131).

Houve ainda a ocorrência de 1 resposta voltada a vertente preventiva nas ações do conselho, o qual acredita que o fato do conselho ser composto por várias vertentes da sociedade, pelo seu ordenamento paritário que é uma condição que viabiliza atividades voltadas a essa condução de prevenção, inclusive no que se trata da formulação de políticas públicas.

Outro participante acredita que no município falta a criação de mais políticas públicas direcionadas a temática, e outro participante manifestou que acha ser importante a composição paritária, no entanto não justificou o motivo. Um participante optou por não responder à pergunta.

Quadro 4 – Qual a importância do CMPD para a formulação de políticas públicas para o município?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Se torna um órgão fiscalizador e tem a participação direta da sociedade civil organizada nas atividades desenvolvidas no município.	6
R.2 Como une vários segmentos da sociedade organizada, o CMPD tem condições de orientar políticas públicas com foco na prevenção.	
R.3 Creio que o objetivo do conselho seja fiscalizar políticas públicas implementadas pelo governo.	
R.4 É através do conselho que cobramos e fiscalizamos, os órgãos públicos e demais instituições que trabalham com o tratamento, prevenção e no combate às drogas.	
R.5 Muito importante, até porque o município está crescendo e faltam mais políticas públicas voltados para área.	
R.6 Grande importância.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Quanto ao entendimento dos participantes de que se, a questão sobre drogas se trata de uma questão de saúde pública, em absoluto todos acreditam que sim, condição que possibilita a fomentação para ações que compreendam e contemplem esse entendimento.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos CMPD, estas se dão em Reuniões com os(as) Conselheiros(as) e comunidade e execução de projetos conforme indicado no GRÁFICO

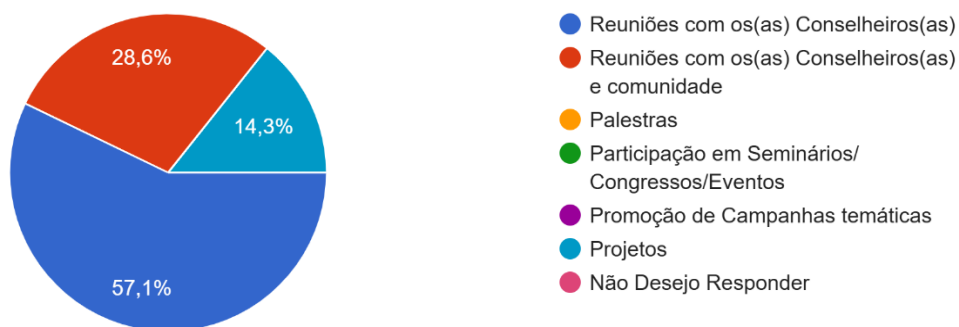
7, sem haver respostas para sugestão de palestras, participação em seminários/Congressos/Eventos e Promoção de Campanhas Temáticas.

No questionário aplicado, foi disponibilizado apenas a marcação de 1 resposta dentre as sugestões de ações, apesar desta limitação, foi possível perceber que as atividades voltadas às reuniões ganharam destaque. Estas ocorrem tanto entre os Conselheiros(as) com 57,1% das respostas, quanto com a comunidade com 28,6%, tendo os projetos com a expressão de 14,3%.

Gráfico 7 – Atividades desenvolvidas pelo CMPD.

6) Quais as atividades desenvolvidas pelo CMPD?

7 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Tanto em razão da limitação de resposta do formulário eletrônico quanto a necessidade de abertura de espaço para acrescentar atividades realizadas pelo CMPD, foi disponibilizado espaço para resposta, com 3 comentários distintos conforme demonstrado pelo Quadro 5. A referida estratégia foi adotada para que pudesse disponibilizar espaço de comentário caso o participante desejasse, a fim de minimizar os impactos causados pela limitação da tecnologia adotada para a aplicação dos questionários.

Quadro 5 – Atividades que não foram elencadas.

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Capacitações sobre prevenção, tratamento e enfrentamento às drogas para profissionais de diversas áreas como educação, saúde, assistência social e segurança pública.	3
R.2 Atividades de execução no local com pessoas envolvidas em drogas.	
R.3 Projetos com a comunidade.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Raichelis (2000, p. 284) sugere como estratégia de ação “a mobilização de forças sociais mais amplas”. É preciso criar novos mecanismos de articulação com a sociedade civil que dinamizem formas de reconhecimento e organização”, ou seja, a articulação com outros segmentos que possam auxiliar para a construção das atividades. A autora assevera ainda que:

O grande desafio consiste, assim, em consolidar os conselhos não só como um espaço político aberto, de comunicação mais direta com os grupos e entidades que já se encontram representados, mas como canais de ativação da presença daqueles em nome dos quais o discurso da assistência social busca o seu reconhecimento (RAICHELIS, 2000, p. 285).

Raichelis (2000), sugere uma articulação mais amplificada de diálogo, para além dos existentes e firmados, incentivando a busca de mais parcerias que possam contribuir com a proximidade da população assistida, relacionada à temática. A autora sugere a construção de mecanismos de comunicação entre a população e o Conselho como forma de proximidade às demandas reais vivenciadas pela comunidade assistida.

Durante a elaboração do questionário a ser aplicado aos participantes, partindo da hipótese de que uma das atividades desempenhadas pelo colegiado seria a realização de reuniões, perguntou-se o que motivaria as reuniões, obtendo-se as seguintes respostas conforme demonstrado pelo Quadro 6: 2 respostas acerca do “compromisso com a sociedade” SIC.R.2, 2 respostas voltadas aos efeitos da temática no município e 2 respostas voltadas a necessidade de organização das atividades.

Quadro 6 – O que motiva as reuniões dos(as) Conselheiros(as).

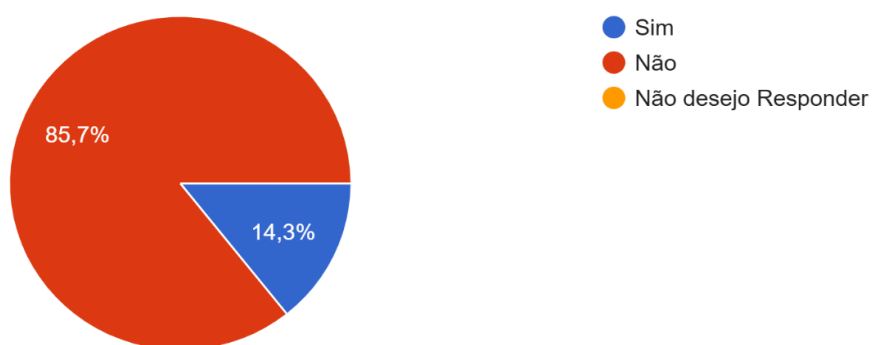
RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Os impactos e resultados no Município	6
R.2 organizar as ações.	
R.3 O compromisso com a sociedade.	
R.4 O desejo de ajudar famílias que ficam sem saber como proceder quando tem um dependente químico em casa e principalmente os usuários de entorpecentes que muitas vezes são abandonados por seus familiares.	
R.5 Reunião para próxima reunião, ainda estão muitos desorganizados nesse quesito.	
R.6 Poder combater as drogas no município.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

A sequência de gráficos a seguir, Gráfico 8 e Gráfico 9 tratam a respeito da presença dos Conselheiros(as) nas reuniões a partir da visão dos participantes. No Gráfico 8 é demonstrado que 85,7% informam que não há a participação dos 24 Conselheiros nas reuniões, no Gráfico 9, metade dos participantes informam saber o motivo e a outra metade, informa desconhecer o motivo.

Gráfico 8 – Todos os 24 Conselheiros(as) participam das reuniões?

7 respostas

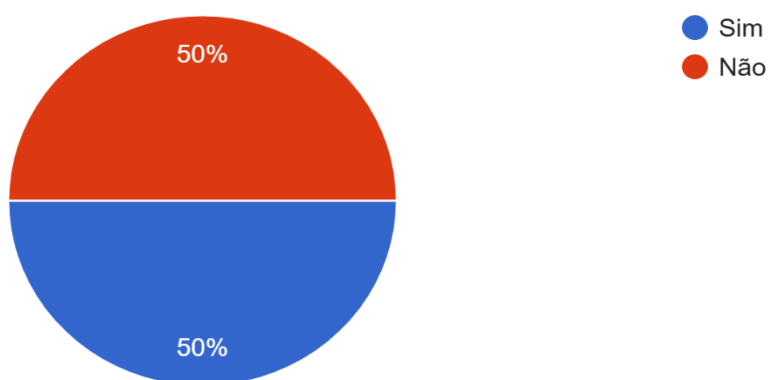


Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Gráfico 9 – Se não há participação dos Conselheiros, os participantes sabem qual a razão?

Caso a resposta seja NÃO, você sabe a razão?

6 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Apesar de haver bastante adesão dos participantes às perguntas de múltipla escolha como demonstrado nos Gráficos 8 e 9, ao disponibilizar espaço para comentar a respeito da motivação de participação ou não dos(as) Conselheiros(as) nas reuniões, apenas 3 participantes

responderam, sendo observado que 2 participantes atribuem a condição de outras atividades da área laboral e 1 citam que pode haver desinteresse em participar dessa atividade.

Quadro 7 – Qual a razão da ausência de participação de todos(as) os(as) Conselheiros(as).

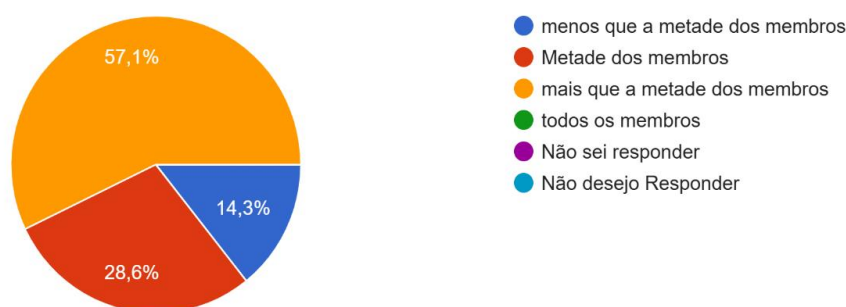
RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Nem todos podem estar presentes em todas as reuniões.	3
R.2 Devido suas demandas de trabalho, muitos alegam que fica corrido e como participar do CMPD e voluntário muitos sentem essa dificuldade de participar.	
R.3 Simplesmente não vão, pois não se interessam pelo assunto ou foram escolhidos de forma aleatória, ou não gostam mesmo.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Quanto a média da presença dos(as) Conselheiros(as) nas reuniões, conforme Gráfico 10, 57,1% dos participantes responderam que mais da metade dos membros participam das reuniões, 28,6% responderam que somente a metade dos membros participam das reuniões e 14,3% dos participantes não quiseram responder. Quanto à frequência que as reuniões ocorrem, todos os participantes informaram que estas ocorrem mensalmente.

Gráfico 10 – Na sua opinião, qual a média de presença dos(as) conselheiros(as) nas reuniões?

7 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

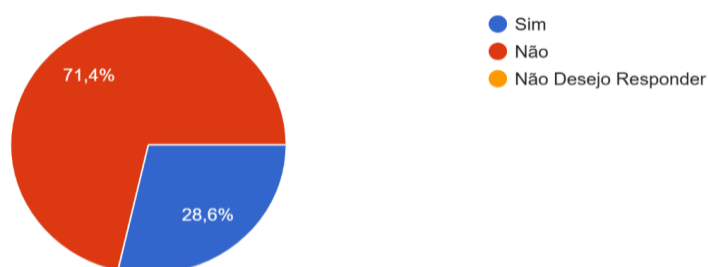
No Gráfico 11, é possível verificar que 71,4% dos participantes responderam que nas reuniões não há presença de pessoas que não são Conselheiros(as), sendo que 28,6% responderam que há a presença de pessoas que não são Conselheiros(as). No Gráfico 7, que relaciona as atividades desempenhadas pelo CMPD, foram disponibilizadas 2 alternativas distintas, sendo que há reuniões somente entres os(as) Conselheiros(as) e com os(as)

Conselheiros(as) e comunidade fator que poderá influenciar no entendimento da pergunta relacionada ao Gráfico 11.

Gráfico 11 – Presença de pessoas que não são conselheiros(as) nas reuniões.

11) Nas reuniões há a presença de pessoas que não são Conselheiros(as)?

7 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Após perguntar se há presença de pessoas que não são Conselheiros(as) nas reuniões do CMPD, foi perguntado quem seriam elas caso houvesse a presença, tendo a participação de 1 pessoa respondendo que se tratariam de pessoas que se interessam em “conhecer o Conselho” SIC.R.1, conforme demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 – Se há participação de outras pessoas nas reuniões do Conselho, quem seriam?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Pessoas interessadas em conhecer o Conselho.	1

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Ao Conselho, é destinado um recurso financeiro para suporte nas atividades desempenhadas por ele, que está previsto em decreto municipal. Assim, conforme Quadro 9, 6 participantes responderam para quais atividades o Fundo Municipal é destinado, que são para as atividades de prevenção ao uso de drogas.

Quadro 9 – O Fundo Municipal de Prevenção às Drogas é destinado para quais atividades?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Atividades voltadas ao combate ao uso e ao comércio de drogas	6
R.2 Infelizmente agora só para a Semana de Prevenção às Drogas.	
R.3 apoio aos conselheiros para que façam e participem de palestras sobre o tema, na fiscalização das unidades.	

R.4 Ações de prevenção que são realizadas durante o mês de agosto.	
R.5 Vem um fundo municipal, mas somente 20% é destinado a causa de Prevenção a Drogas.	
R.6 Seminários.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Ao entender como se dá a relação do Conselho com a Administração pública municipal, 5 participantes responderam à pergunta como uma relação positiva, conforme demonstrado no Quadro 10.

Quadro 10 – Como é a relação do Conselho com a administração pública municipal.

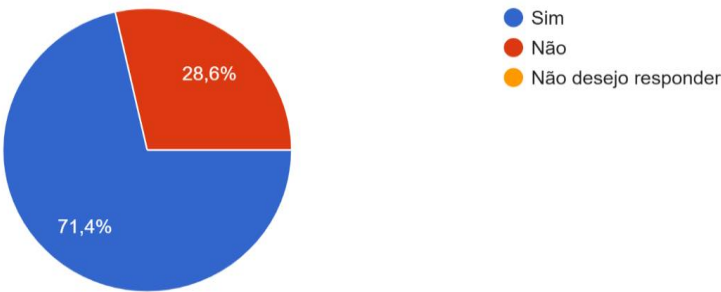
RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Relação de entendimento nas decisões	5
R.2 Positiva	
R.3 Positiva	
R.4 Muito boa	
R.5 Excelente	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Conforme Gráfico 12, 71,4% dos participantes informam que há a existência de Plano de atividades anual e 28,6% dos participantes informaram não existir.

Gráfico 12 – Há plano de atividade anual?

7 respostas



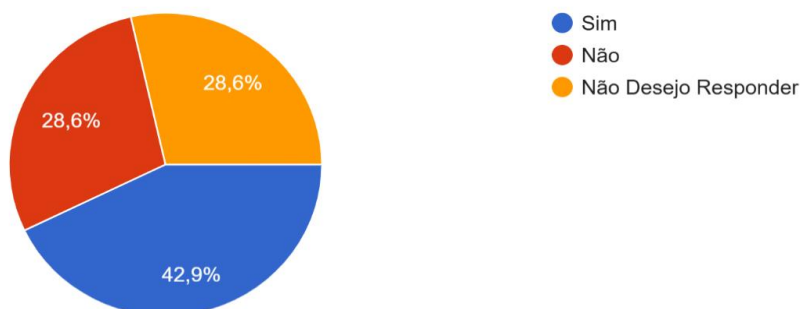
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Quanto ao que se diz respeito a viabilização de formação profissional, conforme demonstrado pelo Gráfico 13, 42,9% dos participantes informaram que as formações

profissionais são viabilizadas, 28,6% informaram que não são viabilizadas e 28,6% não desejaram responder.

Gráfico 13 – As formações profissionais são viabilizadas?

7 respostas



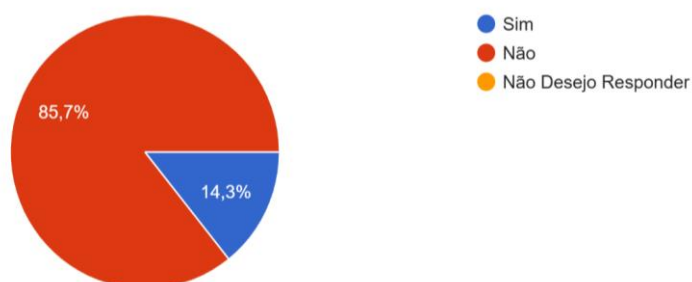
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme demonstrado pelo Gráfico 14, quanto à participação de formação ofertada pelo município enquanto Conselheiro(a), 85,7% dos participantes informaram não ter participado de nenhuma formação ofertada pelo município, 14,3% asseveraram já terem participado.

É importante observar que conforme Gráfico 13, 42,9% dos participantes informaram que o município viabiliza formação profissional, já no Gráfico 14, 85,7% dos participantes informaram que não participaram de formação ofertada pelo município, o que pode se entender que não se oportunizou no período de exercício de mandato, muito embora o participante saiba que a formação é viabilizada conforme resposta demonstrada pelo Gráfico 13.

Gráfico 14 – Você já participou de alguma formação ofertada pelo município enquanto Conselheiro(a) do CMPD?

7 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme informado por todos os participantes, estes acham ser importante a oferta de formação viabilizada no município. Assim, foi aberto espaço para comentar quanto a resposta dada. De acordo com o Quadro 11, obteve-se 3 participações, as quais em absoluto, acreditam ser importante essa oferta para o aprofundamento de conhecimento sobre a temática, tendo destaque para 2 respostas que mencionam as múltiplas formações profissionais de cada membro, o que auxilia, mas que não é suficiente, sendo necessário esse acréscimo de incentivo educacional a ser proporcionado pelo município.

Quadro 11 – Porque é importante a oferta de formação dada pelo município aos Conselheiros(as)?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 como são indivíduos de áreas diferentes, é importante formação para equidade de entendimento do assunto	3
R.2 Para ajudá-los a conhecer sobre essa temática e como agir.	
R.3 Temos vários tipos de formações acadêmicas, mas falta um direcionamento melhor, no quesito qualificação.	

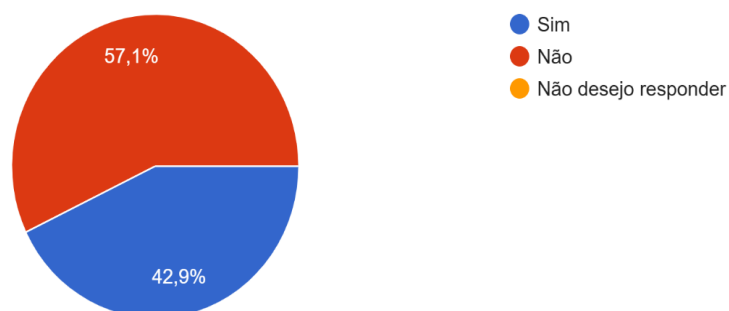
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Conforme demonstrado em Gráfico 15, enquanto Conselheiro(a) 51,7% dos participantes informaram não terem participado de Seminários/Congressos e 42,9% dos participantes informaram já terem participado. O que pode se refletir é que a interpretação da pergunta pode ter sido entendida como a participação ter ocorrido de maneira oficial.

Gráfico 15 – Participação em Seminários/Congressos enquanto Conselheiro(a).

18) Enquanto Conselheiro(a) você já participou de Seminários/Congressos?

7 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Quanto a importância de participação nos eventos, apesar de todos os participantes informarem ser importante esse envolvimento, houveram apenas 2 comentários a respeito deste evento conforme observado pelo Quadro 12, que opinaram em direções distintas. Assim, segundo R.1, este acha importante participar dos eventos, pois é possível a identificação da existência da temática enquanto uma problemática a ser dialogada e refletida, já R. 2 acredita ser importante pois é possível a divulgação das atividades realizadas pelo Conselho, sendo esta também uma forma de chamar a atenção para a reflexão da temática.

Quadro 12 – Qual a importância da participação nesses eventos?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Os eventos chamam a atenção para o problema.	2
R.2 Sim, pois fomenta a divulgação do trabalho pelo município e as pessoas saberão mais sobre a atuação do conselho.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

No que tange às dificuldades enfrentadas pelo CMPD relacionadas a seu funcionamento, a pesquisa obteve 5 respostas, sendo 3 delas direcionadas a questão financeira dos recursos para desenvolver as atividades e 2 voltadas para a maior participação dos Conselheiros nas atividades como reuniões. Conforme destacado pelo Quadro 13.

Quadro 13 - Quais as dificuldades enfrentadas pelo CMPD no seu funcionamento?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Acesso à recursos financeiros para elaboração de atividades	5
R.2 Dinheiro, falta de objetividade, foco e ações dentro do seu escopo.	
R.3 assiduidade dos conselheiros, por conta de outras demandas, porém é compreensível para aprimorar seus conhecimentos e poder expor pontos importantes a serem trabalhados.	
R.4 Dinheiro, pessoal qualificado, atividade direcionada a pessoa usuária de drogas.	
R.5 Reunir os conselheiros.	

FONTE: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Quanto às expectativas dos(as) Conselheiros(as) para atuação junto ao Conselho, é possível analisar que correram a incidência de 2 respostas voltadas a expectativas positivas, outras 2 voltadas a expectativa de contribuição e 1 compreende-se que por razão do tempo que

avança para a conclusão do mandato destacando apenas uma atividade em vigência, totalizando com 6 contribuições nesse quesito conforme destacado no quadro 14.

Quadro 14 - Expectativas dos(as) Conselheiros(as) de atuação junto ao Conselho.

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 POSITIVAS.	6
R.2 Auxiliar no que for possível.	
R.3 Adquirir conhecimento sobre o assunto e poder contribuir com os meus conhecimentos.	
R.4 Ótimas.	
R.5 São poucas, já estamos no meio do ano e até agora só se falou no evento[...]. Ações efetivas até agora nenhuma.	
R. 6 As melhores.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

O segundo grupo participante trata-se dos profissionais de Serviço Social que estão atuando em Conselhos Municipais da Assistência Social - por razão do CMPD está ligado a esta Política da Assistência Social -. Os profissionais foram rastreados e contactados, sendo apresentada a proposta da pesquisa, objetivos e perspectivas, ocorrendo então a adesão de 5 participantes.

Foram aplicados e disponibilizados questionários físicos e virtuais utilizando a plataforma *Google forms*. As perguntas e respostas foram de características objetivas e dissertativas. Esta opção de aplicação e disponibilização dos questionários, deu-se em razão da necessidade de apresentação do trabalho em curto prazo, bem como por razão da disponibilidade de cada Conselheiro para respondê-lo de maneira mais confortável possível, a fim de minimizar os riscos inerentes a participação da pesquisa, bem como visualizou-se o alcance de maior adesão de participantes.

Como unidades de análise, optou-se em distribuir as perguntas por eixos temáticos após a aplicação do TCLE, a saber:

1. Momento inicial: Conhecer o participante, seu perfil profissional e tempo de experiência de atuação profissional e enquanto Conselheiro;
2. Conselho Municipal: Onde buscou-se compreender qual o entendimento que o participante possui sobre a temática de Conselho Municipal;
3. Relação que há entre a profissão de Serviço Social e a atuação profissional na área do Controle Social.

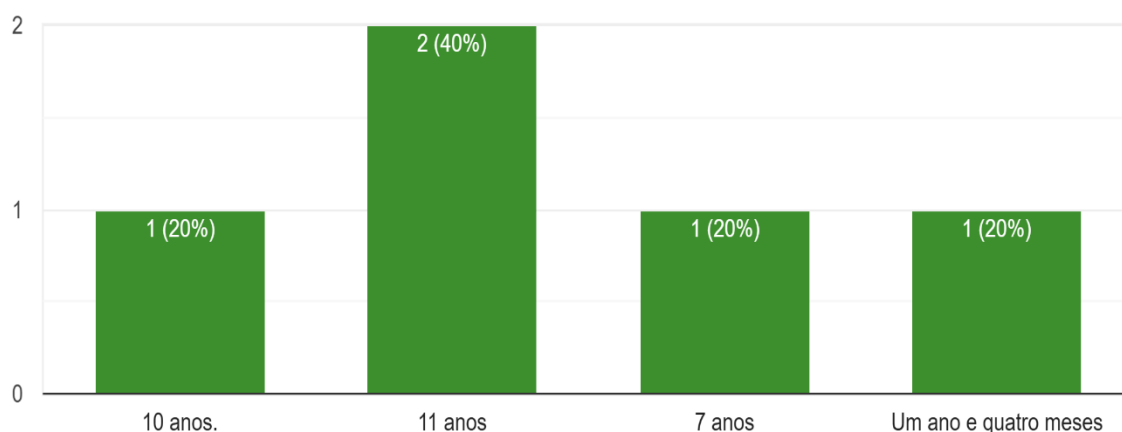
Assim, os questionamentos foram direcionados a atuação profissional nessa esfera, bem como na perspectiva de compreender o entendimento dos participantes em relação da profissão com o seguimento de Controle Social, que compreende um Conselho Municipal temático, além de entender as práticas eleitas por esses profissionais para atuação nesses espaços.

Para tanto, após eleitos e organizados os métodos e instrumentais de pesquisa, durante as atividades em campo, observou-se que esses profissionais estavam em sua maioria participando de Conselhos relacionados a Assistência Social, conforme demonstrado por meio do Gráfico 17, talvez isso se deva a hipótese de que a área da Assistência Social seja o campo de maior atuação profissional, no qual se encontra mais profissionais de Serviço Social operando, havendo ampla disponibilidade de vaga frente a outras políticas.

Neste sentido, conforme Gráfico 16, dos 5 participantes da pesquisa, 4 deles possuem mais de 7 anos de atuação profissional, além de haver 1 participante com 1 ano de formação. É possível perceber, que a participação junto ao Conselho Municipal acontece independente do tempo de formação, cabe aqui destacar que a atuação junto a um Conselho Municipal é uma atividade que não proporciona nenhuma remuneração, tendo características de servir e colaborar com a comunidade/população/sociedade. Assim, a atitude para a participação reflete essas características intrínsecas no profissional que assume essa missão.

Gráfico 16 – Tempo de atuação profissional

5 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme Gráfico 17, a atuação profissional ganha destaque junto a política de Assistência Social, com 60% dos participantes ocupando esse espaço. Obteve-se ainda a

informação de que 40% dos participantes já atuaram junto à política de saúde. Neste cenário, é válido realizar uma associação com as informações obtidas tanto pelo Gráfico 16, quanto pelo Gráfico 17, onde é possível avaliar que em razão do tempo de serviço esses profissionais possam ter atuado em outras políticas também, condição que pode vir a somar quanto às contribuições junto a atuação no Conselho em razão da experiência com outras temáticas.

Gráfico 17 – Quais as Políticas que já atuou ou atua?

Em quais políticas ou áreas você já atuou ou atua?

5 respostas



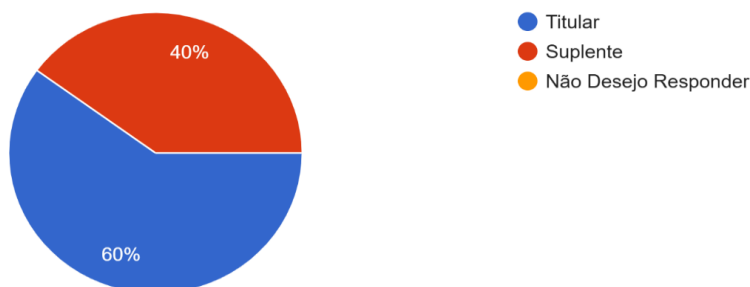
Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme demonstrado pelo Gráfico 18, 60% dos participantes são Conselheiros(as) que estão na condição de titularidade e 40% dos participantes estão na condição de suplentes. O que igualmente ao encontrado com o grupo 1, esse dado revela o envolvimento tanto de Conselheiros titulares quanto suplentes nas possíveis atividades do Conselho, uma vez que esses dois segmentos se fizeram presentes nesta pesquisa.

Gráfico 18 – Conselheiro(a).

Conselheiro(a):

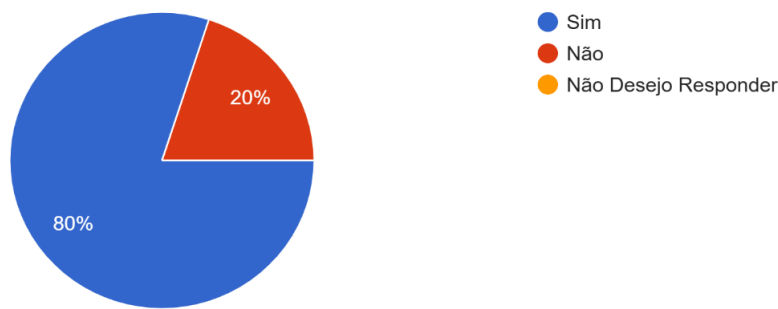
5 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Conforme demonstrado pelo Gráfico 19, 80% dos participantes da pesquisa, participa ou já participou de composições de outros Conselhos Municipais e 20% dos participantes da pesquisa não participa e nem participou de outros Conselhos Municipais. É possível notar que a maioria dos participantes vem envolvendo-se com este segmento de controle social de forma pregressa e dando continuidade com a atual participação, o que pode demonstrar o interesse e comprometimento com a atuação dentro desse espaço.

Gráfico 19 – Você participa ou já participou de composições de outros Conselhos Municipais?
5 respostas



Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., via google forms 2024.

Foi solicitado aos componentes do grupo 1, que responderam participar ou que participam de outros Conselhos Municipais, que pudessem informar quantos Conselhos já compuseram, mediante as respostas fornecidas por eles, foi possível perceber que pelo menos em mais de uma formação esses componentes fizeram parte conforme observado no Quadro 15.

Nesse contexto, relacionado ao Quadro 15, torna-se importante destacar, que um dos participantes da pesquisa já compôs o CMPD, contribuição em potencial para a análise da relação entre Serviço Social e esse Conselho Temático em específico. Outra observação que se faz, é que dentre os participantes, 1 já está em seu segundo mandato no mesmo Conselho, o que novamente fortalece o entendimento de que a dinâmica com que esse envolvimento ocorre, pode demonstrar o interesse e comprometimento com as atividades do Conselho.

Quadro 15 – Quantas participações em formações de conselhos municipais.

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 2.	4
R.2 Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.	

R.3 01.	
R.4 4 anos no Conselho de Assistência Social.	

FONTE: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Conforme demonstrado pelo quadro 16, quando perguntados aos participantes quanto à importância de um Conselho Municipal para a formulação de políticas públicas no município, 3 componentes em suas respostas trazem a relação de que o espaço possui sentido de coletividade e que as ações desenvolvidas pelo Conselho, são voltadas em responder seus interesses coletivos.

Em contemplação ao demonstrado pelo quadro 16, é possível notar ainda que em todas as respostas há a presença das características de um controle social, sendo este um espaço de participação da manifestação popular na constituição das políticas públicas.

Quadro 16 – Na sua opinião, qual é a importância de um Conselho Municipal para a formulação de políticas públicas no município?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 O conselho é uma das ferramentas fundamentais para aplicação das políticas públicas.	5
R.2 É um espaço de discussão, de avaliação, de debate e de reformulação de políticas, respostas dos problemas, das questões sociais de nossa realidade. A importância é justamente essa: ser este o espaço que possibilita crescer e melhorar. Sendo o coletivo o foco.	
R.3 É um importante mecanismo de controle social, para a sociedade civil, principalmente no quesito participação social na criação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, considerando a capilaridade do contexto amazônico.	
R.4 De grande relevância, pois é um espaço de representação coletiva, possibilidades de contribuir para transformações sociais, de realizações dos direitos fundamentais.	
R.5 É necessário devido a necessidade de melhorar as políticas públicas dos municípios em virtude da fiscalização, execução, planejamento adequado em prol dos usuários em cada perfil de demanda e políticas públicas.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Ao serem questionados quanto a possível relação que os Conselhos Municipais possuem com o Serviço Social, todos os participantes responderam que há relação entre a profissão e o seguimento, muito embora, quando perguntados qual seria a relação, obteve-se 4 respostas.

Observou-se também, que as 4 respostas foram norteadas pelos 9 princípios que regem a profissão, relacionados a Defesa intransigente dos Direitos Humanos e da justiça social conforme respostas demonstradas pelo quadro 17.

Quadro 17 – Qual a relação entre o Serviço Social e os Conselhos Municipais?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 O Serviço Social é uma profissão que luta pela sociedade, pelo debate do coletivo, pela construção de uma sociedade emancipatória e com menos desigualdades. E os conselhos municipais são espaços de construção coletiva, de luta de classes. O que facilmente se correlaciona com a nossa profissão.	4
R.2 Essa relação considero importante, é uma relação alinhada às competências profissionais previstas no artigo 4 da Lei 8.662/93 - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares e, também, consubstanciada no V (quinto) princípio fundamental da Resolução CFESS nº 273/1993 - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Portanto, há uma relação intrínseca e significativa entre o Serviço Social e os Conselhos Municipais. Esta relação se manifesta em diversas dimensões, refletindo a importância dos Conselhos como espaços democráticos de formulação, controle e avaliação de políticas públicas, e a atuação do Serviço Social como um campo profissional comprometido com a justiça social, a defesa de direitos e a melhoria das condições de vida da população.	
R.3 Planejar atividades para o controle social, garantir direitos.	
R.4 O Serviço Social possui como objeto principal de atuação o bem estar do usuário, onde a garantia aos direitos sociais e para as políticas públicas são fundamentais para o exercício profissional.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Quando perguntados se acreditam ser importante que Assistentes Sociais integrem Conselhos Municipais, todos os participantes responderam que sim, apesar da obtenção de 3 comentários apenas quanto a motivação da resposta dada. Desta maneira, com relação às respostas fornecidas, foi possível compreender que todas estavam diretamente relacionadas à atuação profissional, em seus pontos norteadores e em suas potencialidades conforme demonstrado pelo quadro 18.

Quadro 18 – Qual a importância de Assistentes Sociais integrarem Conselhos Municipais?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Sim, é extremamente importante que Assistentes Sociais integrem os Conselhos Municipais. A presença desses profissionais traz inúmeros benefícios e contribui significativamente para o desenvolvimento e implementação eficaz de políticas públicas.	3
R.2 Os Assistentes Sociais vêm cada vez mais conquistando espaços, prestando grandes contribuições.	
R.3 Somos fundamentais dentro dos conselhos para que seja exposto às dificuldades e seja melhorado a participação do profissional para conselheiros com suas experiências, contendo profissional para assegurar ao usuário seus direitos.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Quanto às intervenções técnico-operativas que um profissional de Serviço Social poderia aplicar junto ao Conselho Municipal, conforme demonstrado pelo quadro 19, obteve-se 4 respostas, estando elas direcionadas às Competências, Habilidades e Atribuições privativas da Atuação do Assistente Social.

Pelo Quadro 19, nota-se que as respostas dos participantes estão relacionadas à habilidade técnica do profissional junto a análise dos dados e estudos das políticas públicas, onde o Assistente Social vem colaborar em uma perspectiva de análise qualitativa de dados quantitativos. Destaca-se para essas ações específicas a realização do diagnóstico social da realidade apresentada, elaboração de planos, programas e projetos sociais.

Quadro 19 – Quais as intervenções técnico-operativas que um(a) Assistente Social poderia aplicar junto a um Conselho Municipal?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Avaliar de forma técnica, qualitativa sobre dados, estudos sobre as políticas sociais.	4
R.2 No âmbito da intervenção profissional, o Serviço Social visa produzir as mudanças necessárias no cotidiano da vida social dos usuários atendidos. Desta forma um(a) Assistente Social pode realizar diversas intervenções técnico-operativas junto a um Conselho Municipal, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento e implementação de políticas públicas, assim como na garantia de direitos sociais. Algumas dessas intervenções incluem: Diagnóstico Social e Mapeamento das Necessidades - Realizar estudos e pesquisas para identificar as necessidades e demandas sociais da população local, elaborar diagnósticos sociais que subsidiem a formulação de políticas públicas e ações estratégicas. Planejamento e Elaboração de Projetos - Desenvolver planos, programas e projetos sociais que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade, bem como contribuir para a elaboração de propostas de intervenção social a serem implementadas pelo Conselho. Assessoria técnica; articulação e	

mobilização social; capacitação e formação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas; produção de conhecimento.
R.3 As Atribuições do profissional demanda conhecimento teórico e metodológico que venha a ser desenvolvido em práticas para cada necessidade.
R.4 Pode contribuir com os relatos de campo, mobilização da comunidade, algo que está pautado dentro dos conselhos. As próprias visitas são necessárias na fiscalização e manutenção dos equipamentos.

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

A respeito do que poderia fortalecer um Conselho Municipal, na opinião de 4 participantes que se manifestaram, conforme demonstrado pelo Quadro 20, estes acreditam que:

- A formação dos Conselheiros é essencial para o alcance dos avanços, bem como o fortalecimento do ideário de coletividade ser fomentado através do âmbito escolar R.1;
- A divulgação das atividades dos Conselhos em espaços propícios tais como, eventos que envolvam diálogos temáticos e trocas de experiências R.2;
- E R.3 e R.4 acreditam que mais envolvimento da população em matéria de discussão em eventos, tais como Congressos e Seminários, dentre outros diálogos em meio a comunidade.

Quadro 20 – Na sua opinião, o que fortaleceria um Conselho Municipal?

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Maior número de conselheiros capacitados. Essa ideia de identidade coletiva tem que vir desde a escola. E não somente depois na faculdade.	4
R.2 A divulgação do papel e importância que um conselho tem na participação das decisões, criação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Essa divulgação nos espaços públicos, em debates, eventos públicos, audiências e outros fortaleceria mais os conselhos.	
R.3 Acredito que quanto mais representatividade do usuário, mais participação. Acho que é uma forma de aproximação governo/cidadão para fortalecer as tomadas de decisões.	
R.4 A participação do usuário e o seu comprometimento em mobilizar a comunidade sobre a importância da existência dos conselhos para a população.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

Quanto à opinião profissional específica a respeito da temática sobre drogas e CMPD ou sugestões de intervenções sociais junto a um Conselho Municipal, conforme demonstrado pelo quadro 21, obtiveram-se 3 respostas, sendo 2 informado que não poderiam

contribuir e outra resposta sugerindo que houvesse visita técnica a espaços relacionados à população que faz uso de substâncias psicoativas.

Assim, é possível perceber que não houveram muitas contribuições com relação a temática do enunciado da pergunta do Quadro 21, muito embora a pergunta do Quadro 19 esteja relacionada no que se refere à atuação profissional em um Conselho Municipal, possuindo 4 significativas respostas que envolvem princípios fundamentais de atuação do(a) Assistente Social podendo e devendo ser aplicado em todos os contextos de trabalho, somados e adaptados à realidade vivenciada, quer seja pela temática de drogas ou por outra temática abordada.

Neste sentido, Raichelis (2000, p. 282) sugere como estratégia na atuação, “impulsionar e ampliar o movimento social que se organiza em torno da defesa da política de assistência social, propondo novas estratégias para enfrentamento das situações conjunturais”. Assim, a autora leva ao entendimento de que os Assistentes Sociais devem se manter ativos na movimentação de eventos que envolvam o diálogo sobre o assunto, bem como a articulação com diferentes atores envolvidos com a política pública destacada.

Quadro 21 – Opinião profissional específica a respeito da temática sobre drogas e CMPD ou sugestões de intervenções sociais.

RESPOSTAS	Freq. Absoluta
R.1 Visitas técnicas nos espaços de atendimento da população que realiza uso de substâncias psicoativas. E principalmente, pesquisas de satisfação de atendimento, ou da qualidade do serviço ofertado.	3
R.2 Não há.	
R.3 Não tenho muito conhecimento sobre o Conselho sobre drogas.	

Fonte: Elaborado por Santos, M.A.L., 2024.

4.4 Encontrando resultados

Torna-se imperioso abrir um espaço para trazer alguns destaques importantes observados durante a pesquisa. Desta forma, se faz significativo relacionar as respostas obtidas em perguntas semelhantes aplicadas com os dois grupos de participantes, bem como aspectos relevantes encontrados nas particularidades de cada grupo. Fator que permitirá uma comparação entre as percepções dos dois grupos que possuem características específicas, o que poderá contribuir junto ao alcance de algumas respostas às questões-problemas, hipóteses e objetivos levantados por este estudo.

Neste sentido, observou-se que as perguntas com respostas objetivas para o grupo 1, possuíram maior aderências em respondê-las, contando com a participação de todos os sujeitos, diferentemente das perguntas que exigiam respostas dissertativas. Neste contexto, apenas a pergunta relacionada ao Quadro 3 possui 100% de aderência, particularmente a que abordava qual seria o papel do CMPD no município, onde todos os participantes do grupo dissertaram. O que pode demonstrar o empenho e interesse dos participantes em relação aos objetivos e sentido do Conselho.

Conforme demonstrado pelo Gráfico 1 que é relacionado a condição de titularidade ou suplência do conselheiro participante membro do CMPD, 42,9% deles estão na condição de titularidade e 57,1% dos demais estão na condição de suplentes. Para o segundo grupo formado por Assistentes Sociais conselheiros (as), conforme demonstrado pelo Gráfico 18, 60% dos participantes estão na condição de titularidade e 40% dos demais estão na condição de suplentes.

Outro dado importante relacionado ao perfil dos participantes, é a condição de ingresso no Conselho, se servidor Temporário ou Efetivo, ou membro da sociedade civil. Conforme indicado pelo Gráfico 2, 57,1% dos participantes Conselheiros(as) do CMPD é servidor(a) Temporário(a) e 42,9% constituem-se de servidores(as) Efetivos(as), não havendo participação na pesquisa de Conselheiros(as) que fazem parte da sociedade civil, o que pode ser um ponto de reflexão para se gerar uma proposta de motivação e incentivo a participação das atividades junto a essa categoria. Ou também, pode-se concluir que esses pares poderão ter opinado tendo por base sua atividade laboral e não pela condição de inserção no Conselho, sendo um ponto de compreensão ou não da pergunta realizada pelo questionário.

Essa análise também pode não refletir a realidade de participação de todos os Conselheiros nas atividades propostas pelo colegiado, por se constituir sob a impressão de apenas uma atividade que é esse estudo, muito embora, ela pode contribuir para o fomento de incentivo desses e de outros membros ao envolvimento e participação, em direção do alcance de se garantir a legitimidade de paridade carregada pelo Conselho.

Nota-se ainda que, para ambos os grupos, tanto sendo Conselheiro titular ou suplente, estando também na condição de servidor público efetivo ou temporário, podem estar ativos em outras ações realizadas pelo colegiado do qual fazem parte, o que pode demonstrar compromisso e engajamento desses Conselheiros, independentemente estando eles na titularidade ou não, sendo servidor público efetivo ou temporário.

Outro ponto importante, a ser mencionado mediante a análise desse eixo que trata do perfil profissional desses Conselheiros, é quanto à experiência que eles possuem em razão

de terem participado de outros Conselhos Temáticos. Desta forma, conforme indicado pelo Gráfico 4, 57,1% dos participantes já compõem outras formações do conselho em que atua, e que 71,4% não compuseram formações de outros Conselhos, conforme indicado pelo Gráfico 5.

Isso implica em dizer, que o fato de já terem participado de gestões anteriores no mesmo Conselho, assim como o fato de possuírem experiência em outros Conselhos Temáticos, pode ser um fator contributivo para o desempenho das atividades realizadas e propostas. Demonstra também, o envolvimento desses componentes com esse tipo de segmento. Neste sentido, cabe trazer que todos os participantes Conselheiros(as) do CMPD acreditam que o período de 2 anos de mandato seja suficiente para a execução das atividades/projetos realizados pelo Conselho. 3 participantes justificaram ser positivo o tempo, pois acreditam que seja suficiente para o planejamento, execução e obtenção dos resultados das atividades propostas, conforme demonstra o quadro 2.

É possível notar, que apesar do período estabelecido de 2 anos para destituição de uma formação e constituição de outra, alguns Conselheiros repetem essa participação, fator que pode contribuir para a contundência das atividades e projetos iniciados. Outro fator que pode potencializar a contribuição junto ao Conselho está relacionado ao grau de escolaridade. Conforme o Gráfico 3, todos os participantes Conselheiros(as) ligados ao CMPD possuem Nível Superior Completo, além de que 28,6% estão cursando uma Pós-Graduação e 51,7% já a possuem.

Nesse âmbito, conforme apresentado pelo Gráfico 19, a maioria dos(as) participantes Conselheiros(as) Assistentes Sociais informam ter participado de outras formações de Conselhos Municipais. Conforme quadro 15, 1 participante manifestou já ter composto o CMPD. Torna-se importante trazer, que conforme o Gráfico 16, 80 % deles(as), possuem mais de 7 anos de exercício profissional em distintas frentes de política, destacando-se que 60% desse universo atuam ou já atuaram na área da Assistência Social que é a política a qual o CMPD.

Assim, vê-se, portanto, que devido a essencialidade de ligação do Serviço Social a questões relacionadas a diversas políticas, incluindo a de Assistência Social, pode possibilitar maior rotatividade em participações junto aos Conselhos Municipais, assim maior experiência e, consequentemente, potencializar a atuação junto a um Conselho Municipal.

Considera-se que a viabilização de formação profissional, possa ser um dos instrumentos potencializadores para o fortalecimento do Conselho. Assim, conforme Gráfico 13, 42,9% dos participantes Conselheiros(as) do CMPD informaram que há viabilização de

formação profissional ofertada pelo município, e 28,6% dos participantes responderam que não há essa viabilização, com 28,6% de participantes que informaram não desejar responder a essa pergunta.

Apesar de haver viabilidade de formação asseverada pela maioria, conforme Gráfico 14, 85,7% deste universo, informaram não terem participado dessas formações. Assim, passa-se a entender que talvez essas formações sejam viabilizadas pelo município, mas que alguns Conselheiros podem desconhecer quanto a essa oferta, logo tais formações podem não estarem amplamente divulgadas ou acessíveis.

Quanto à participação em Seminários/Congressos, conforme Gráfico 15, 57,1% dos participantes Conselheiros(as) do CMPD informaram já terem participado enquanto conselheiros(as). Todos os participantes desse grupo, acreditam ser importante a participação nesses eventos, em que 2 participantes contribuíram relatando que a participação proporciona destaque para a temática e o conhecimento das atividades desempenhadas pelo CMPD conforme demonstrado pelo Quadro 12. Assim acredita-se que possa haver fatores limitantes para a não participação de todos os Conselheiros(as), tais como horários dos eventos, liberação de seus trabalhos para participarem, ou por desempenharem outras atribuições.

Todos os participantes reconhecem a importância da oferta de formação realizada pelo município. Conforme Quadro 11, alguns participantes Conselheiros(as) do CMPD destacam a relevância do aprofundamento e aprimoramento relacionado a temática, o que poderá auxiliar junto às decisões e norteamientos das atividades.

Com relação ao eixo que trata sobre a temática de Conselhos, o Quadro 1 trouxe 4 distintos comentários, que apesar de diferentes, estes se complementam carregando o sentido da essência do significado desse tipo de seguimento de controle social. Este sentido, perpassa pelo entendimento de que ocorre a colaboração de diferentes atores sociais com objetivo em comum que é o de atender aos interesses da coletividade em suas ações, sem que haja interferências de interesses políticos individuais. Portanto, este dado revela a relação com a Hipótese 2, de que a paridade com que o Conselho é constituído pode favorecer os interesses coletivos.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelo CMPD relacionadas a seu funcionamento, a pesquisa obteve 5 respostas, sendo 3 delas direcionadas a questão financeira dos recursos para desenvolver as atividades, acredita-se que apesar de dispor de recursos advindos do Fundo Municipal, este pode ser insuficiente para atender a esta finalidade. Outra atividade informada por 2 participantes desse grupo, é a de haver maior participação dos Conselheiros nas atividades como reuniões, conforme apresentado pelo quadro 13. Quanto às expectativas que eles possuem

para com o CMPD, estas permeiam-se em sua maioria relacionando com aspectos positivos e contributivos, conforme destacado pelo quadro 14.

Conforme apresentado por meio do quadro 3, no que se refere ao papel desempenhado pelo CMPD no município, todos os participantes responderam de forma dissertativa a pergunta. Assim foi possível perceber que as respostas ficaram permeadas pelo entendimento de que a prevenção e a fiscalização das políticas públicas relacionadas à temática são as principais atividades desempenhadas pelo CMPD no município. Vale ressaltar, que conforme quadro 4, prevenção e fiscalização foram as respostas dadas quanto de qual seria a importância do CMPD na formulação de Políticas Públicas.

De acordo com o quadro 3 prevenir e fiscalizar as políticas públicas, esta foi a forma considerada como um dos papéis que o CMPD desempenha, sendo também como atividades desempenhadas também pelo CMPD conforme quadro 4. Tem-se ainda, conforme quadro 10 as reuniões e projetos, além do destacado pelo quadro 5 que são as capacitações e as atividades locais com pessoas envolvidas com drogas. Pelos pontos elencados, mediante a análise dos eixos relacionados ao Conselho, as atividades desempenhadas e Formação, é possível visualizar a Hipótese 3 e a possível prevalência para atender os interesses coletivos.

A exemplo do que traz Raichelis (2000) sobre a política de Assistência Social, suas ações e responsabilidades de atuação ocorrem tanto a nível Federal, Estadual e Municipal, nas quais, cada esfera governamental possui uma responsabilidade específica de atividade, as quais perpassam pela “formulações de padrão de proteção social, fixação de metas, recursos orçamentários, programas que tenham continuidade, padrões de avaliações de qualidade dos programas e serviços e dos impactos sociais” (RAICHELIS, 2000, p. 131).

Assim, é possível perceber a complexidade e seriedade das ações. Raichelis (2000) acredita que seja necessário haver estratégias de cunho democrático de acompanhamento e fiscalização, sendo os Conselhos um dos principais atores de observação, análise e cobrança nesse processo.

Conforme demonstrado pelo gráfico 7, as reuniões tanto entre conselheiros quanto com a comunidade e os projetos, foram eleitos como as principais atividades desenvolvidas pelo CMPD. Convém mencionar, que em razão da limitação de operacionalidade do recurso virtual do questionário, para a consolidação do gráfico 7, o participante poderia optar por uma das respostas objetivas disponibilizadas, podendo haver a aderência a outras opções, mas que não foi possível demonstrar por meio do gráfico.

Pressupondo que as reuniões teriam alguma adesão como resposta relacionada ao gráfico 7, perguntou-se o que motivaria as reuniões, obtendo-se 2 respostas acerca do

“compromisso com a sociedade” SIC.R.2, 2 respostas voltadas aos efeitos da temática no município e 2 respostas voltadas a necessidade de organização das atividades, conforme destacado no quadro 6.

Quanto ao quesito de presença dos Conselheiros(as) nas reuniões do CMPD, o gráfico 8 demonstra que 85,7% dos participantes informam não haver frequência de Conselheiros(as) nas reuniões. Conforme o gráfico 9, metade dos participantes informam conhecer o motivo dessa não aderência, atribuindo o motivo à condição de outras atividades da área laboral e 1 cita que pode haver desinteresse em participar dessa atividade, o que é possível observar conforme apresentado pelo quadro 7.

Com relação a presença dos (as) Conselheiros nas reuniões, apesar de haver certa evasão conforme gráfico 10, 57,1% responderam que mais da metade dos membros comparecem. Todos os participantes informaram que as reuniões ocorrem mensalmente, e conforme gráfico 11, 71,4% dos participantes Conselheiros(as) do CMPD informaram que não há presença de outras pessoas nas reuniões sem ser os Conselheiros(as), com 28,6% dos participantes afirmando quanto a presença. Conforme quadro 8, um participante respondeu que essas pessoas se tratam de pessoas interessadas em conhecer o Conselho. Quanto ao Fundo Municipal, este é revertido para essas atividades mencionadas, conforme destacado pelo quadro 9.

Em seguida, disponibilizou-se um espaço para que os participantes pudessem responder a respeito de outras atividades que não estivessem elencadas, constituindo assim o quadro 5, observando-se que houve 3 contribuições distintas, sendo que uma complementar a sugestão relacionada ao gráfico 7 e outras 2 contribuições que não haviam sido disponibilizadas, a saber: R.1 Capacitação sobre prevenção, tratamento e enfrentamento às drogas para profissionais de diversas áreas, como educação, saúde, assistência social e segurança pública e R.2 Atividades locais com pessoas envolvidas com drogas.

Raichelis (2000, p. 132) explica que “os Conselhos, não são o único conduto de controle social no âmbito das políticas sociais. Ao contrário, sua efetividade depende de associação a outras formas e forças políticas capazes de potencializar-lhes a ação”, assim acredita-se que uma das condições que podem colaborar com o desenvolvimento de atividades é o conhecimento e a compreensão do que se trabalha.

Desse modo, estando O CMPD ligado a SeMTrAS - equipamento gestor municipal da Política de Assistência Social - Raicheles (2000) esclarece quanto a existência de uma dualidade de entendimento para condução dessa política, sendo está refletida nos atores que a

conduzem, em seus diferentes territórios, que possuem suas peculiaridades de características de demandas, a saber:

[...] para as concepções de direita, a assistência social sempre foi tratada como ação residual para grupos minoritários incapazes de tirar do mercado as fontes de sua sobrevivência, para as concepções de esquerda a assistência social tem sido apreendida como mecanismo de amortecimento dos conflitos sociais, e portanto, funcional ao sistema de desigualdade social engendrado pela relações capitalistas (RAICHELIS, 2000, p. 166).

A dualidade de forças existentes por esse entendimento ocorre entre uma visão de cunho liberal sendo identificada pela autora como ideário de direita e outra de esquerda, revelando traços da ideologia marxista. Em sua obra, Raicheles (2000) trata sobre essas duas concepções, assim, o usuário da política pode ser caracterizado como uma pessoa pobre ou um cidadão, que é uma pessoa detentora de direitos, essa dualidade ocasiona a população assistida a “fragmentação da identidade social dos indivíduos e grupos” (RAICHELIS, 2000, p. 149).

Desta forma, compreende-se que as ações realizadas pelos atores que operam dentro da Política de Assistência Social, seguirão o segmento eleito, corroborando para direcionamentos distintos limitando o alcance da integralidade dessa Política, o que penalizaria o usuário do serviço.

Quanto a relação do CMPD com a administração pública, alguns participantes Conselheiros do CMPD analisaram como sendo positiva, outros participantes desse cenário não expuseram sua opinião, conforme demonstrado pelo quadro 10. Por essa ausência de resposta, remete que talvez esse diálogo com o município deva ser fortalecido por meio de estratégias de proximidade.

Conforme o gráfico, 12, 71,4% dos participantes informaram haver Plano de atividades anual com 28,6% desse universo respondendo que não há. Isso significa dizer, que talvez essa parcela que desconhece haver esse planejamento anual pode não ter o conhecimento que ele existe, uma vez que a maioria dos participantes informaram quanto a sua existência.

Para contribuição da análise realizada, torna-se importante destacar de forma individualizada o eixo que trata sobre a atuação do Serviço Social, suas técnicas específicas e a sua relação com o segmento. Assim, conforme as respostas prestadas no quadro 17, é possível perceber que elas estão diretamente relacionadas a 9 princípios fundamentais de atuação do(a) Assistente Social que estão ligados a Defesa intransigente dos Direitos Humanos e a Justiça Social.

Foi possível perceber, que os profissionais entendem que há relação entre o serviço social e sua importância de participação junto aos conselhos municipais, muito embora não tenham todos realizado comentários a respeito. A partir do quadro 18, é possível perceber que os profissionais se pautam em seus princípios fundamentais de atuação. Assim, observa-se a ocorrência da Hipótese 1, que há relação entre o Serviço Social e Conselho Municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Conselhos Municipais Temáticos são espaços essenciais para que ocorra o diálogo e o tratamento das questões que emanam da realidade social vivenciada. A temática sobre as drogas vem ganhando maiores espaços de discussões em nível internacional, nacional e local, assim, acredita-se que a constituição de um Conselho em âmbito municipal que aborde a temática sobre drogas, possa garantir a manutenção de diálogo, reflexões e promoção de ações setoriais, mas próxima da realidade local vivenciada.

Neste sentido, a região Amazônica no que se refere a temática sobre drogas, possui diversos paralelos que envolvem a questão, por ser uma das localidades onde se vivencia a movimentação relacionada ao uso, produção e comercialização, facilitada pelas suas características demográficas específicas tanto terrestre quanto aéreo e fluvial, fator que vem a dificultar a ação fiscalizadora nesta região.

Nesta conjuntura, o município de Santarém, localizado no Oeste do Estado do Pará na região Amazônica, em 2016 sanciona a Lei nº 20.145/2016, que é relacionada a criação do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas, sublinhando posição pioneira na região dentre os municípios que possuem localização em pontos demográficos de escoamento regional, nacional e internacional dessas substâncias.

Partindo deste cenário tão próximo, esta pesquisa analisou o papel desempenhado pelo CMPD em Santarém, fazendo uso das reflexões do Serviço Social relacionadas a esse tipo de seguimento de controle social, em razão do Serviço Social possuir e ter possuído um papel significativo, no que tange a análise crítica e produção intelectual dentro da construção do Loas na Política de Assistência Social, a qual o CMPD está vinculado pela SeMTrAS S.

Desta forma, a pesquisa caracterizou-se como exploratória descritiva, com abordagem quali-quantitativa, ancorando-se no método dos fundamentos filosóficos do materialismo-histórico-dialético marxista, base filosófica norteadora da profissão de Serviço Social.

Deste modo, foi realizado levantamento bibliográfico, coleta de dados em campo por meio de aplicação de 12 questionários disponibilizados aos participantes na forma física ou virtual (uso da ferramenta *Google Forms*). A investigação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo de Bardin (2002), usando um sistema relacional e crítico de triangulação, com 49 unidades de análise, distribuídas pelos eixos temáticos: Perfil do Participante, Conselho Municipal, Formação e Relação entre o Serviço Social e Conselho Municipal.

Os participantes da pesquisa foram Conselheiros(as) Municipais do CMDP e Assistentes Sociais Conselheiros(as) de outros Conselhos Municipais ligados à SEMTRAS. Assim, foi possível observar que a participação dos Conselheiros suplentes na pesquisa, denota que pode ocorrer a presença desse segmento em outras atividades realizadas pelos Conselhos.

Sendo este considerado como um evento importante, porque uma das hipóteses surgidas durante a elaboração dos questionários para os 2 grupos de participantes, era a de que se ocorre participação e envolvimento de todos os Conselheiros nas atividades, sejam eles titulares ou suplentes, uma vez que a condição de suplência é equivalente a exercer as atividades em condição de falta do titular, sendo observado esse possível envolvimento independentemente dessa condição específica.

Conforme a Hipótese 4, que era a de verificar se a fomentação da criticidade junto à população seria um fator fortalecedor para o Conselho, observou-se pelo eixo formação que na atual realidade ocorre diversos tipos de contribuições e que em ambos os grupos, a questão sobre drogas é entendida como uma questão de Saúde Pública, compreensão que pode corroborar junto ao manejo das possíveis atividades a serem desenvolvidas, bem como na caminhada para o enfrentamento da questão.

Apesar de todos os participantes acreditarem ser positiva a forma paritária com que é constituído um Conselho Municipal, obteve-se apenas 4 comentários distintos, mas que se complementam, que é a colaboração de diferentes atores sociais com objetivos em favor dos interesses da coletividade, sem haja a interferências de interesses políticos individuais. Esta condição vem legitimar a Hipótese 2 que trata a respeito da paridade com que o Conselho é constituído, a qual pode favorecer os interesses coletivos.

Prevenir e fiscalizar as políticas públicas foram as formas consideradas como sendo um dos papéis e atividades que o CMDP desempenha, incluindo ainda as reuniões, projetos, as capacitações e as atividades locais realizadas com pessoas envolvidas com drogas. Pelos pontos elencados, mediante a análise dos eixos relacionados ao Conselho suas atividades desempenhadas e Formação, visualiza-se a Hipótese 3, e a possível prevalência de interesse em atender as necessidades coletivas.

Assim sendo, atrelando-se às reflexões do Serviço Social direcionadas ao Conselhos Municipais, esta profissão dispõe de instrumentais específicos de atuação, podendo serem visualizadas por meio desse estudo, as quais foram sugeridas pelos(as) Assistentes Sociais participantes da pesquisa. Sendo elas pautadas nas competências técnico-operativas e atribuições privativas da profissão conforme preconizado pela Lei nº 8.662/1993 em seu artigo 4º e 5º.

Neste sentido, vale destacar que um dos diferenciais em possuir um profissional que compõe o coletivo de Conselheiros é que algumas intervenções e habilidades, estão organizadas e disponíveis na esfera privativa de atuação, tais como avaliar estudos, pesquisas, programas e projetos no âmbito do Serviço Social, assim como, prestar assessoria e consultoria na seara pública e privada em questões que envolvem Serviço Social (BRASIL, 1993, Art. 5º, inc. I e III).

Também foi possível perceber, que as respostas estão diretamente relacionadas aos 9 princípios fundamentais ligados à Defesa intransigente dos Direitos Humanos e a Justiça Social, que em união à outros 2 princípios os quais contemplam outros segmentos norteadores, formam os 11 Princípios Fundamentais que pautam a atuação do(a) Assistente Social.

Nota-se que os profissionais entendem que há relação entre o Serviço Social e sua importância de participação junto aos conselhos municipais, muito embora não tenham todos comentado a respeito e que pautam suas ações nos princípios fundamentais de atuação, fatores que corroboram a Hipótese 1, em que observou-se que há relação entre o Serviço Social e Conselho Municipal, a qual também foi identificada por meio da interação entre as respostas dos participantes e as bases teóricas discutidas e analisadas no texto dissertativo desta pesquisa.

Conforme Raichelis (2000), os Assistentes Sociais inseridos na Política de Assistência Social - assim como em todas as frentes de atuação –, na consolidação de suas bases norteadoras para a operacionalidade desta, consolidado por lei da Loas, exerceram “um papel de direção política, teórica e cultural” (RAICHELIS, 2000, p. 281), colaborando na construção de um significado político diferenciado dos cursos do ideário neoliberal vigente, o que possibilita imprimir ao usuário do serviço, uma característica de identidade cidadã e não como um sujeito que necessite da caridade.

Para Raichelis (2000, p. 281), “é fundamental promover a necessária publicização da Assistência Social no âmbito da própria categoria profissional dos Assistentes Sociais”, ou seja, a autora sugere que ocorra uma ação endógena na categoria, sendo está diretamente relacionada ao projeto ético-político profissional, como estratégia norteadora para o enfrentamento das concepções neoliberais acerca dos objetivos e operacionalidade da Política de Assistência Social, na qual há a presença de diversos Conselhos temáticos, incluído o CMPD.

A autora reforça e sugere ainda como estratégia de fomentação na categoria a “capacitação teórica e técnica, mais sobretudo ético-política, dos profissionais para atuar nesses

fóruns⁴, na perspectiva de consolidar posições progressistas e democráticas, comprometidas com a afirmação de direitos e com o reconhecimento das responsabilidades públicas” (RAICHELIS, 2000, p. 281), estratégia que pode ser aderida à realidade vivenciada mediante os resultados obtidos por esta pesquisa.

Neste âmbito, as práticas de produção intelectual elaboradas pelos Assistentes Sociais com interface a esse segmento e com as vivências no campo de atuação, as quais possam possuir a potencialidade de “antecipar tendências societárias que sinalizem os possíveis desafios a serem enfrentados” (RAICHELIS, 2000, p. 282) reforçam esse compromisso ético-político do Serviço Social (RAICHELIS, 2000).

Com base nos estudos obtidos, os resultados desta pesquisa podem vir a colaborar como um material de apoio bibliográfico disponível para consulta e auxílio nas decisões do poder público de implementações de políticas públicas, bem como ser um elemento propulsor para a motivação de mais Assistentes Sociais envolvidos junto a Conselhos temáticos, além de destacar a importância da implementação de um CMPD em outros municípios da região amazônica.

Contudo, é fundamental que essa implementação não seja apenas para atender a um “cumprimento formal de exigências para a viabilização do recebimento dos recursos estaduais e federais” (RAICHELIS, 2000, p. 282), e nem que seja uma ilusão de “avanços de posturas democráticas” (RAICHELIS, 2000, p. 281), mas que atenda a real necessidade dos espaços de manifestação popular acerca das dificuldades locais vivenciadas.

⁴ Mediante a compreensão de que Fórum se trata dos espaços coletivos de diálogo com a comunidade, entende-se que demais espaços de manifestação coletiva da população, podem ser incluídos nessa dimensão, tais como: Conselhos, reuniões, seminários, Congressos, Encontros e demais movimentos relacionados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla, TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos gestores sob o crivo da Política: Balanços e Perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/pRrVfjB4MXqZkbLJDYwd7GJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 nov. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa Edições 70. São Paulo, 2002. 225 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo: a transformação de pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BIDARRA, Zelimar Soares. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n.88, p. 41-58, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.
- BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662. Acesso em: 10 ago. 2024
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Educação Fiscal no Contexto Social**/Programa Nacional de Educação Fiscal. 4.ed. Brasília: ESAF, 2008. 52 p. (Série Educação Fiscal. Caderno 1) 52 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4251/1/Caderno1-2014.pdf>. Acesso em: 9 maio 2022.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE|Cidades@|Pará|Santarém**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 3 set. 2023.
- BRAVO, Maria Inês Souza. Desafios atuais do controle social nos Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n.88, p. 75-100, 2006.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 273/1993**. Dispõe sobre as atribuições privativas do Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.
- COUTO, Aiala. A geografia da violência na região amazônica. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. Ano 16, p 52-57. 2022. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 8 set. 2023.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 26, n.88, p. 59-64, 2006.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. Movimentos Sociais e controle social em saúde do trabalhador: Inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 102, p.89-113, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MmCSfMFhmW9TFgp9NpJQmXR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 maio 2022.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro De Geografia**, São Paulo, v.2 n.3, p. 523–545, 2012. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 23 mar. 2023

GUIMARÃES, J. L. C. **Motivações do Crime segundo o Criminoso: Condições econômicas, interação social e herança familiar**. 2012. 183 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://ppgdstu.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2012/JARSEN%20LUIS%20CASTRO%20GUIMAR%C3%83ES.pdf>. Acesso em 3 set. 23.

HYGINO, Angela; GARCIA, Joana. Drogas a permanente (re)encarnação do mal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 31-41, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre-RS, v.22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 4 dez. 22.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento territorial: uma Conceituação para o Planejamento Estratégico. In: **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: MI, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **História de Santarém**. Santarém-PA, 2023. Disponível em: <https://turismo.santarem.pa.gov.br/historia-de-santarem>. Acesso em: 3 out. 2023.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 2 ed. Rev. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008. V. 631.

SANTARÉM (Município). **Lei nº 20.145/2016, de 30 de dezembro de 2016**. Institui a criação do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/s/santarem/lei-ordinaria/2021/2125/21247/lei-ordinaria-n-21247-2021-altera-e-acrescenta-dispositivos-a-lei-municipal-n-20145-2016-de-30-de-dezembro-de-2016-que-cria-o-conselho-municipal-de-politicas-sobre-drogas-e-o-fundo-municipal-de-prevencao-as-drogas-de-santarem-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 9 maio. 2022.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6, n. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - Centro Regional de Belém - Divisão de Sistematização de Informações - Débora Emerique de Lima (Estagiária). **Mapa Planimétrico do Baixo Amazonas**. Belém-PA. Catálogo de Metadados Geoespaciais do CENSIPAM, 2010. Escala 1:250.000 do SIPAM/IBGE, 2004. Disponível em: https://panorama.sipam.gov.br/geonetwork/srv/api/records/5b5f9bd2-2a4b-446f-a251-9b8bbb831a8/attachments/Baixo_amazonas.png. Acesso em: 8 set. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, p.31-72, 1987.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime - Escritório de Ligação e Parceria no Brasil. **Políticas sobre drogas e desenvolvimento sustentável é tema de nota técnica do UNODC**. 27 jun. 2016. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2016/06/06-politicas-sobre-drogas-e-desenvolvimento-sustentavel-e-tema-de-nota-tecnica-do-unodc.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNODC United Nations Office on Drugs and Crime - Escritório de Ligação e Parceria no Brasil. **Sobre UNODC**. 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
ICS-INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIOS

GRUPO 1: Conselheiros

Grau de Escolaridade:

- | | |
|---|---|
| ☐ Fundamental | ☐ Médio |
| ☐ Superior Incompleto | ☐ Superior |
| ☐ Pós-Graduação Incompleta | ☐ Superior Cursando |
| ☐ Pós- Graduação Cursando | ☐ Pós-Graduação Completa |

Conselheiro: ☐ Titular ☐ Suplente

Servidor: ☐ Temporário ☐ Efetivo ☐ Não desejo responder ☐ Não se aplica

Indique quantos mandatos você exerceu como Conselheiro do CMPD?

☐ 2016/2017 ☐ 2018/2019 ☐ 2020/2021 ☐ 2022/2023 ☐ 2024

Você participa ou já participou de composições de outros Conselhos Municipais?

☐ Não ☐ Sim Quantos? _____

CONSELHO MUNICIPAL

1) O que você acha da forma paritária com que é constituído o Conselho?

☐ Positiva ☐ Negativa. Justifique:

2) E quanto ao período de atuação, você acha que impacta positivamente ou negativamente para a execução das atividades/projetos desempenhados pelo CMPD?

☐ Positiva ☐ Negativa. Justifique: _____

SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

3) Na sua opinião, qual a papel desempenhado pelo CMPD no município?

4) Qual a importância do CMPD para a formulação de políticas públicas para o município?

5) Você acredita que a questão das drogas é uma questão de Saúde Pública?

() Sim () Não () Não sei responder

6) Quais as atividades desenvolvidas pelo CMPD?

() Reuniões com os Conselheiros () Reuniões com o os Conselheiros e comunidade

() Palestras () Participação em Seminários/Congressos/Eventos () Promoção de Campanhas temáticas () Projetos

Cite outras atividades que não foram elencadas_____

7) Na sua opinião, o que motiva as reuniões dos Conselheiros?

8) Todos os 24 Conselheiros participam das reuniões? () Sim () Não, porque?

9) Qual a média de frequência dos conselheiros nas reuniões?

() menos que a metade dos membros () Metade dos membros

() mais que a metade dos membros () todos os membros

10) Qual a frequência que uma reunião ocorre?

() semanal () quinzenal () mensal () bimestral

() somente quando há demandas

11) Nas reuniões há a presença de pessoas que não são Conselheiras? () Não

() Sim, quais seriam? _____

12) O Fundo Municipal de Prevenção às Drogas é destinado para quais atividades?

13) Como é a relação do Conselho Municipal com a administração pública municipal? _____

FORMAÇÃO

14) Há plano de atividades anual? () sim () Não

15) As formações profissionais são viabilizadas? () Sim () Não

16) Você já participou de alguma formação ofertada pelo município enquanto Conselheiro do CMPD? () Sim () Não

17) Você acha importante a oferta de formação pelo município para os Conselheiros?

()Não ()Sim

Por quê? _____

18) Enquanto Conselheiro você já participou de Seminários/Congressos?

()Sim ()Não

Você acha importante essa participação nesses eventos? ()Não

()Sim Por quê? _____

19) Quais as dificuldades enfrentadas pelo CMPD no seu funcionamento? _____

20) Quais suas expectativas de atuação junto ao CMPD?

GRUPO 2: Assistentes Sociais

Tempo de atuação Profissional: _____

Em quais políticas ou áreas você já atuou ou atua? ()Saúde ()Educação

()Assistência Social ()Previdência ()Segurança Pública ()Judiciário

()Sócio Educação ()Sistema Prisional.

Conselheiro: ()Titular ()Suplente

Você participa ou já participou de composições de outros Conselhos Municipais?

()Não ()Sim, Quantos? _____

1) Na sua opinião, qual é a importância de um Conselho Municipal para a formulação de políticas públicas no município?

2) Há relação entre o Serviço Social e Conselhos Municipais? ()Não

()Sim, Qual? _____

3) Você acha importante Assistentes Sociais integrarem os Conselhos Municipais?

() Não

()Sim, Por quê?_____

4) Quais as intervenções técnico-operativas que uma Assistente Social poderia aplicar junto a um Conselho Municipal?

5) Na sua opinião, o que fortaleceria um Conselho Municipal? _____

6) Se houver opinião profissional específica a respeito da temática sobre drogas e Conselho municipal de Políticas sobre Drogas, ou sugestões de intervenções sociais, por favor manifeste-a: _____

7) Você acredita que a questão das drogas é uma questão de Saúde Pública?

() Sim () Não () Não sei responder



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA**

**APÊNDICE B – TCLE-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada **“CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DE SANTARÉM DO PARÁ, AMAZONIA, BRASIL: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL”**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da Pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS através do telefone: (93) 99112-3107 ou através do e-mail: mirta_adj@outlook.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará (situado na Rua Vera Paz, s/nº, Unidade Tapajós, sala 05, CEP 68040-255, Santarém, Pará) pelo telefone: (93) 2101-4926 ou pelo email: cep@ufopa.edu.br.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos.

1.1 Informações sobre a pesquisa.

Os Conselhos Municipais Temáticos são espaços ideais e fecundos de tratamento e ações correspondentes às questões sociais emergentes de uma sociedade no âmbito regional. A temática sobre as drogas a cada dia ganha espaço significativo no debate nacional e internacional levando Santarém, no Pará, a sancionar a Lei nº 20.145/2016, onde cria o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas.

Por se entender que o profissional de Serviço Social é um agente fomentador de práticas voltadas ao esclarecimento e enfrentamento de questões sociais que podem emanar em decorrência ao modelo de processo da temática sobre droga, produção, comércio e consumo, além de possuir a competência de elaboração de estratégias operativas que podem fortalecer o Conselho, esta pesquisa tem como **objetivo** principal o de analisar o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Políticas

Sobre Drogas em Santarém fazendo uso das reflexões do Serviço Social relacionadas a esse tipo de seguimento de controle social.

1.2 Relevância da pesquisa.

Com a realização dessa pesquisa, espera-se colaborar como um material de apoio bibliográfico disponível para consulta e auxílio às decisões de implementação do poder público de políticas voltadas a temática que o conselho municipal carrega, bem como com ela almeja-se destacar qual a importância da implementação de um Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas para outros municípios da região amazônica.

Pretende-se ainda que ela possa se tornar um instrumento propulsor de fortalecimento da categoria de Assistentes Sociais na Amazônia, motivando-os(as) ao envolvimento junto aos dispositivos de controle social.

1.3 Sua participação na pesquisa.

Sua participação na pesquisa, consisti em conceder uma entrevista semiestruturada, previamente elaborada contendo perguntas direcionadas as suas vivencias de atuação no Conselho Municipal. A expectativa de duração da entrevista se dará entre 10 a 20 minutos.

Para melhor segurança nas interpretações científicas das informações a serem repassadas durante a entrevista, solicito sua autorização para utilização do recurso de gravação de voz.

() Autorizo o uso de gravadores de voz

() **Não** autorizo o uso de gravadores de voz

Em caso de aceite da gravação, informo que a entrevista será transcrita e a utilização das informações serão apenas para a finalidade da pesquisa científica. As entrevistas serão realizadas mediante sua disponibilidade de horário e indicação de local e melhor data.

Sua participação é de caráter voluntário e não lhe trará nenhum ônus financeiro, despesas de qualquer natureza e nem remuneração. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, a pesquisadora garante indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Na ocasião da entrevista, lhe é garantido a desistência a qualquer momento, sem prejuízo a você, bem como lhe é assegurado a decisão de quais informações prestadas poderão ser tratadas de forma pública, além de lhe ser garantido a desistência a qualquer tempo em qualquer etapa da pesquisa, ainda que inicialmente tenha aceitado participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem haver qualquer penalidade ou prejuízo a você.

2. **Desconfortos, riscos e benefícios; forma de acompanhamento e assistência.**

Esta pesquisa poderá trazer alguns riscos tais como:

Cansaço, fadiga, stress, desconforto ao responder as perguntas das entrevistas por se tratarem de perguntas relacionadas a opiniões pessoais quanto a determinada temática que pode envolver concepções morais e éticas do(a) entrevistado(a) e exposição quanto a identificação do entrevistado, para minimizar ou até mesmo anular os riscos, esta pesquisadora compromete-se em:

1. não identificar nominalmente o(a) entrevistado(a) ou requerer quais quer documento de identificação pessoal para as entrevistas, garantindo o anonimato do(a) participante em todas as etapas da pesquisa;
2. Garantir aos participantes que as informações repassadas possam ser retiradas a qualquer tempo do projeto, se assim entenderem;
3. Caso quanto a necessidade de registros fotográficos, os envolvidos serão comunicados, caso não haja a devida autorização legal - validada por termo de registro e divulgação de imagem - anuída pelos participantes, os registros não serão realizados;
4. A aplicação das entrevistas respeitará a disponibilidade de cada participante, em ocasiões oportunas, em reuniões do Conselho, eventos ou conforme indicação do participante;
5. Será assegurado os cuidados necessários para garantir o sigilo e privacidade dos participantes em relação aos dados confidenciais do estudo;
6. As entrevistas serão pautadas pela ética, sensibilidade e empatia;
7. Será respeitado o tempo disponibilizado pelo participante, sem haver insistências de prolongamentos;

Se ainda sim, ocorra algum dano físico, moral ou psicológico devido aos procedimentos desta pesquisa, a pesquisadora se responsabilizará pela assistência necessária. e caso ache necessário, você poderá recorrer legalmente.

Contudo, sua participação no estudo lhe trará o benefício ter contribuído relevantemente para que se possa atingir as perspectivas esperadas com a pesquisa, mencionadas anteriormente no **ÍTEM RELEVÂNCIA DA PESQUISA** deste termo.

Quanto aos resultados da pesquisa, estes servirão de subsídios à produção para a Dissertação de Mestrado do Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS) do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sendo exposto na perspectiva de socialização dos resultados envolvendo, os discentes e docentes do Programa e aberto a sociedade em geral, dentre outros fins de publicações acadêmica/científica, mantendo sempre a identificação dos participantes em anonimato.

3. **Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo.**

Caso deseje, lhe é garantido o direito de ser esclarecido(a) sobre a pesquisa sobre qualquer aspecto e a qualquer tempo que desejar, através dos meios contatos com a pesquisadora responsável já citados neste termo. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A recusa em participar, não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisadora compromete-se em tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa e publicações acadêmica/científica. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado a ninguém sem a sua permissão, estando sob os cuidados da pesquisadora responsável. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

ASSISTÊNCIA DA PESQUISADORA AO PARTICIPANTE.

Em qualquer etapa do estudo, o participante terá acesso a esclarecimentos quanto a eventuais dúvidas que envolvam a pesquisa. Para tanto, reforço que o participante poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável: MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS, pelo telefone (93) 99112-3107 e e-mail: mirta_adj@outlook.com e poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Rua Vera Paz, s/n, Bairro: Salé, CEP: 68.135-110; Santarém-Pará.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, Eu _____

_____, declaro que li ou que a mim foram lidos o presente instrumento e me sinto perfeitamente esclarecido(a) quanto ao seu conteúdo e declaro por minha livre vontade participar nesse estudo intitulado: **“CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DE SANTARÉM DO PARÁ, AMAZONIA, BRASIL: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL”**. Estando esclarecido para mim quanto aos propósitos, procedimentos a serem realizados, riscos, benefícios e garantias de confidencialidade.

Afirmo que ficou esclarecido que minha participação se dá de maneira voluntária, sem quais quer remuneração financeira, que poderei retirar o meu consentimento de participação do estudo a qualquer momento, antes durante e depois, sem que haja penalidades, despesas ou qualquer outro prejuízo a mim.

Estou ciente e de acordo quanto a necessidade de assinar/rubricar em todas as folhas do TCLE e que o documento será em duas vias, onde uma delas ficará comigo e a outra com a pesquisadora responsável.

Santarém-Pará, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante, conforme preconizado pela Resolução CNS 466/2012 e a Resolução CNS 510/2016.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

ASSINATURA DA RESPONSÁVEL PELA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

DECLARAÇÃO DE NÃO INICIAÇÃO DA PESQUISA

Eu, MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **“CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DE SANTARÉM DO PARÁ, AMAZONIA, BRASIL: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL”** sob a orientação da professora Dra ANA MARIA SILVA SARMENTO, DECLARO que ainda me encontro na fase de elaboração documental do referido projeto de pesquisa, e afirmo ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que a coleta de dados não foi iniciada. DECLARO, ainda, que eu e minha equipe de pesquisa aguardaremos a tramitação do protocolo no sistema CEP/CONEP, uma vez que a coleta de dados só será iniciada após o recebimento de Parecer de APROVAÇÃO da pesquisa.

Santarém-Pará, 7 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
 MIRTA ADJA LEITE DOS SANTOS
Data: 07/03/2024 11:09:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>